

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernanda Mello Fialho

Tânia Soares da Silva

**Análise da Contribuição do Armazém do Campo ao Alcance do Objetivo de Desenvolvimento
Sustentável: “Fome Zero e Agricultura Sustentável”**

Florianópolis

2022

Fernanda Mello Fialho

Tânia Soares da Silva

**Análise da Contribuição do Armazém do Campo ao Alcance do Objetivo de
Desenvolvimento Sustentável: “Fome Zero e Agricultura Sustentável”**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Administração do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico

Área de concentração: Sustentabilidade

Orientador: Prof. Renê Birochi, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Tânia Soares da

Análise da Contribuição do Armazém do Campo ao Alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: "Fome Zero e Agricultura Sustentável" / Tânia Soares da Silva, Fernanda Mello Fialho ; orientador, Renê Birochi, 2022.

97 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Sustentabilidade. 3. ODS. 4. Armazém do Campo. 5. Fome Zero e Agricultura Sustentável. I. Fialho, Fernanda Mello. II. Birochi, Renê. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Administração. IV. Título.

**Análise da Contribuição do Armazém do Campo ao Alcance do Objetivo de
Desenvolvimento Sustentável: “Fome Zero e Agricultura Sustentável”**

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria de Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de julho de 2022.

Prof^ª. Ana Luiza Paraboni, Dra.
Coordenadora de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof. Renê Birochi, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª. Joana Stelzer, Dra.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Doutorando Tiago José Bini
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos deu oportunidades, força de vontade, e coragem para superar todos os desafios que surgiram ao longo do caminho;

Agradecemos às nossas famílias, pelo constante auxílio, apoio, carinho e incentivo;

Agradecemos ao nosso orientador, Prof. Dr. Renê Birochi, pela constante ajuda e orientação;

Agradecemos ao Armazém do Campo, pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados dedicado a nós.

“Somente caminharemos em direção à sustentabilidade quando o amor por gente, o amor por planta, o amor por bicho forem uma coisa só, não importa qual o nicho.”

(Autor desconhecido).

RESUMO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU, vem ganhando destaque e cada vez mais importância para a sociedade. Este estudo buscou analisar as contribuições organizacionais do Armazém do Campo para o atingimento do ODS "Fome Zero e Agricultura Sustentável". Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória de abordagem qualitativa. Para a realização do presente estudo foram mapeadas as unidades do Armazém do Campo espalhadas pelo Brasil. Ao todo, foram identificados 34 grupos de comercialização filiados, sendo que 18 deles possuem loja física. Ao final, oito líderes, ou pessoas indicadas pelos mesmos, concordaram em participar da pesquisa. Por se tratarem de entrevistados de todo o Brasil, as entrevistas foram efetuadas por meio virtual, utilizando-se de ferramentas de videoconferência. Os resultados obtidos demonstram que o Armazém do Campo põe em prática ações organizacionais que contribuem para o alcance do ODS "Fome Zero e Agricultura Sustentável" por meio de variadas ações, como a distribuição de marmitas e cestas básicas à pessoas necessitadas, o apoio aos produtores familiares, filosofia de oferta de produtos orgânicos e não transgênicos em suas lojas, adoção de sistemas sustentáveis de produção, dentre outros.

Palavras-chave: Sustentabilidade. ODS. Armazém do Campo. Fome Zero e Agricultura Sustentável.

ABSTRACT

The Sustainable Development Goals (SDGs), established by the UN, have been gaining prominence and increasing importance for society. This study sought to analyze the organizational contributions of Armazém do Campo to the achievement of the SDG "Zero Hunger and Sustainable Agriculture". This is an exploratory descriptive research with a qualitative approach. In order to carry out the present study, the Armazém do Campo units throughout Brazil were mapped. In all, 34 affiliated marketing groups were identified, 18 of which have a physical store. In the end, eight leaders, or people nominated by them, agreed to participate in the research. As they were interviewees from all over Brazil, the interviews were carried out through virtual means, using videoconferencing tools. The results obtained demonstrate that Armazém do Campo implements organizational actions that contribute to the achievement of the SDG "Zero Hunger and Sustainable Agriculture" through various actions, such as the distribution of lunchboxes and basic food baskets to people in need, support for producers family, philosophy of offering organic and non-GMO products in its stores, adoption of sustainable production systems, among others.

Keywords: Sustainability. ODS. Armazém do Campo. Zero Hunger and Sustainable Agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais eventos internacionais que impactaram no Desenvolvimento Sustentável até a “Rio+20”.....	21
Figura 2 - Tripé do Desenvolvimento Sustentável (<i>Triple Bottom Line</i>).....	22
Figura 3 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.....	36
Figura 4- Reunião de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	48
Figura 5 - Logomarca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	48
Figura 6 - Página virtual da loja do Armazém do Campo de São Paulo.....	51
Figura 7: Espaço de convivência/lanchonete localizado dentro do Armazém do Campo de São Paulo.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autores e Dimensões da Sustentabilidade.....	29
Quadro 2 - Caracterização dos Entrevistados.....	59

LISTA DE SIGLAS

- CMDS - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
- CNODS - Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- TBL - *Triple Bottom Line*
- UNCSD - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	17
2.1.1 Primórdios do Desenvolvimento Sustentável.....	17
2.1.2 Dimensão Ambiental.....	22
2.1.3 Dimensão Econômica.....	24
2.1.4 Dimensão Social.....	26
2.1.5 Outras dimensões.....	27
2.2 ECODESENVOLVIMENTO x DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	30
2.3 AGROECOLOGIA.....	33
2.4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO.....	34
2.5 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	36
2.6 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NO ALCANCE DAS ODSs.....	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
3.1 METODOLOGIA.....	43
3.2 SUJEITOS DE PESQUISA.....	47
3.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	47
3.2.2 Armazém do Campo.....	50
3.3 COLETA DE DADOS.....	54
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	58
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	58
4.1.1 Quanto ao sexo.....	59
4.1.2 Quanto à idade.....	59
4.1.3 Quanto ao nível de escolaridade.....	60

4.1.4 Quanto ao tempo no cargo atual.....	60
4.1.5 Quanto ao tempo de experiência profissional total.....	60
4.1.6 Ano de inauguração da filial do Armazém do Campo.....	60
4.2 CONHECIMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	61
4.3 ERRADICAÇÃO DA FOME.....	64
4.4 ALIMENTAÇÃO SEGURA E NUTRITIVA.....	65
4.5 AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA.....	67
4.6 RENDA DE PRODUTORES FAMILIARES.....	67
4.7 ACESSO A RECURSOS PRODUTIVOS.....	69
4.8 AGREGAÇÃO DE VALOR AO PRODUTO.....	70
4.9 SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO.....	71
4.10 MANUTENÇÃO DA DIVERSIDADE GENÉTICA.....	72
4.11 INVESTIMENTO EM PESQUISA.....	73
4.12 COMÉRCIO JUSTO.....	73
4.13 REFLEXOS DAS AÇÕES E MODELO DE GESTÃO PRATICADOS.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICES.....	91
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com os representantes do Armazém do Campo...	91
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	94

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em 1984, tendo como principais objetivos: a luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais no país (MORAES, 2019).

Os latifúndios desapropriados para os assentamentos geralmente possuem poucas benfeitorias e infraestrutura como energia elétrica, saneamento, pavimentação, acesso à saúde, dentre outros e, visando a melhoria das condições de vida citadas anteriormente, uma das iniciativas implementadas por esse movimento foi o “Armazém do Campo - Produtos da Terra”. Nesse movimento os produtos são produzidos por essas famílias em conjunto com outras organizações da sociedade civil como associações, cooperativas, coletivos, dentre outros. Todos os produtos são vendidos tanto em armazéns, lojas físicas e feiras livres em todo o Brasil, quanto em lojas virtuais e por meio de redes sociais (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2021).

A maior parte dos produtos à venda são cultivados sem o uso de agrotóxicos e em sistemas de produção agroecológica e socioambiental, fato que se mostra consonante com alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com o objetivo de número dois, que trata da erradicação da fome e agricultura sustentável. Essa iniciativa se mostra benéfica tanto para os próprios produtores familiares, que não necessitam ter gastos e lidar com pesticidas e demais produtos químicos nocivos à saúde, quanto à população, que adquire alimentos de melhor qualidade e mais seguros (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2021).

Além disso, todo o processo de beneficiamento, embalagem, comercialização e distribuição dos produtos é coordenado pelos próprios produtores familiares, fazendo com que toda receita gerada vá diretamente para as mãos dos mesmos, sem atravessadores, o que lhes confere maior lucratividade, autonomia e gera recursos para a melhoria da qualidade de vida desses assentados, fato que também contribui para o alcance do ODS supracitado (SILVA; FUSER, 2018).

Percebendo-se a estreita relação entre o segundo ODS da ONU; referente à erradicação da fome, alcance da segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável e as iniciativas implementadas pelo Armazém do Campo; este estudo propõe-se a responder o seguinte questionamento: de que forma o Armazém do Campo vêm contribuindo do ponto de vista organizacional para o atingimento do ODS “Fome Zero e

Agricultura Sustentável”?

1.1 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições organizacionais do Armazém do Campo para o atingimento do ODS "Fome Zero e Agricultura Sustentável" estabelecido pela ONU.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar quais ações organizacionais o Armazém do Campo está executando para o alcance do ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”;
- b) Analisar as práticas organizacionais do Armazém do Campo tendo em vista a identificação de contribuições da organização para o alcance da ODS supracitada.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a questão fundiária ainda existe nas inquietações sociais e políticas, sendo um tema que regressa ciclicamente na história do país, expressando as suas contradições, polarizando os conflitos e intrincando o processo histórico do país (FIORINI, 2014).

A questão da terra na realidade brasileira é um problema ainda não resolvido. Enquanto alguns possuem muitas terras, muitas vezes sem dela fazer uso produtivo, muitos outros possuem somente o anseio de terem algum pedaço de terra de sua propriedade para dela tirar o seu sustento e o dos seus.

A maneira como ocorreu a apropriação de terras e as relações baseadas no escravismo no Brasil foram alguns dos fatores determinantes para a construção de uma estrutura agrária concentrada, que teve como uma de suas consequências o aumento da pobreza. Nem a indústria e nem o campo, tiveram a capacidade de absorver o enorme contingente de trabalhadores que tiveram que arranjar meios de subsistência por conta própria (PRADO JR, 2014).

Por se tratar de um movimento de bastante relevância no cenário nacional, o MST é um movimento de interesse para o país e, atualmente, vem passando por inúmeras transformações, do qual o Armazém do Campo é uma delas. Assim, essa pesquisa possui relevância para o tema, haja vista que o Armazém do Campo, por ser um projeto incipiente, ainda possui poucos estudos sobre suas ações organizacionais.

A principal motivação para a efetuação deste estudo está em realizar um trabalho que poderá constituir-se em uma fonte de pesquisa para outros pesquisadores, juntamente à motivação intrínseca das próprias acadêmicas em conhecer e pesquisar sobre um tema relevante para a sociedade. A academia será beneficiada por um estudo que resultará em uma base de dados que poderá auxiliar em futuras pesquisas, constituindo mais uma fonte de informações.

Para o próprio MST e o Armazém do Campo essa é uma forma de se saber como os gestores enxergam sua própria organização e quais outras ações devem ser adotadas ou incrementadas para que a organização alcance o objetivo de gerar renda aos produtores familiares, assim como a tão almejada redução da desigualdade social.

Sendo assim, a relevância deste trabalho consiste em compreender de que forma as ações organizacionais do Armazém do Campo estão contribuindo para o atingimento do ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, que envolve temas como o acesso dos agricultores familiares a novos mercados, geração de renda, melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares/assentados, redução das desigualdades sociais, dentre outros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sendo o objetivo deste trabalho verificar de que forma o Armazém do Campo está contribuindo para o alcance do ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”; alguns conceitos merecem análise e aprofundamento para que se possa ter uma melhor compreensão acerca dos temas que envolvem o mesmo. Na sequência serão tratados os temas: desenvolvimento sustentável e os objetivos da ONU para o atingimento desse tipo de desenvolvimento, assim como o papel das organizações privadas no alcance desses objetivos.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ocorrência do movimento ambientalista no final da década de 1960 e o choque do petróleo nos anos 1970 trouxeram à tona os temas da redução dos recursos naturais de uso comum, das opções alternativas de geração de energia e da pobreza em escala global. Esse novo cenário impulsionou a crítica aos modelos de desenvolvimento econômico até então vigentes, apontando para uma incompatibilidade entre os processos convencionais de crescimento econômico e a garantia de sobrevivência dos seres humanos no longo prazo (FERNANDEZ, 2011).

Atualmente, esse é um tema usual na pauta de discussão das mais diversas organizações, e nos mais variados níveis de organização da sociedade, como nas discussões sobre o desenvolvimento dos municípios e das regiões e até mesmo no seio das organizações privadas presentes em nossa sociedade (GONÇALVES, 2005).

Contudo, nem sempre o tema sustentabilidade foi tão difundido e considerado importante em nossa sociedade. Durante muito tempo o desenvolvimento foi confundido exclusivamente com crescimento econômico, altamente dependente do consumo crescente de energia e recursos naturais (WORLD WILDLIFE FUND, 2022).

Assim sendo, na sequência será tratado o processo de evolução do termo e da ideia de Desenvolvimento Sustentável desde seus primórdios até a forma como o conhecemos no contexto atual.

2.1.1 Primórdios do Desenvolvimento Sustentável

Até a década de 1970 o desenvolvimento era exclusivamente identificado sob o viés do progresso material. Para muitos estudiosos o enriquecimento das nações levaria,

automaticamente, à melhoria dos padrões sociais. Já outros consideravam que essa relação era um pouco mais complexa, tendo em vista que o jogo político estava envolvido, fazendo com que o crescimento tomasse rumos diversos e tivesse efeitos heterogêneos na estrutura social. Contudo, o desenvolvimento era visto, prioritariamente, como sinônimo de desenvolvimento econômico (VEIGA, 2005).

Segundo Sachs (2002), a onda de conscientização ambiental foi desencadeada por dois fatos. O primeiro foi o choque produzido pelo lançamento da bomba atômica de Hiroshima, haja vista que tomou-se conhecimento de que a humanidade havia alcançado poder técnico para destruir, eventualmente, toda a vida no planeta. O segundo fato foi a chegada do homem na Lua, que despertou na sociedade a reflexão sobre a finitude e fragilidade da Terra. A opinião pública começou a se tornar consciente da limitação do “capital natureza” e dos perigos que as agressões ao meio ambiente poderiam causar à humanidade.

Para Camargo (2003), em 1968 ocorreu o primeiro grande sinal de descontentamento popular com o modelo de capitalismo industrial, com a eclosão do protesto estudantil em cadeia, iniciado em Paris, em maio de 1968, e passando por muitas cidades como Berkeley, Berlim e Rio de Janeiro.

Neste mesmo ano, o empresário italiano Aurelio Peccei e o cientista escocês Alexander King se uniram para promover um encontro onde seria discutido o futuro das condições humanas no planeta. A ideia consistia em convidar cerca de 20 personalidades da época para avaliar questões de ordem política, econômica e social com relação ao meio ambiente. Como a primeira reunião desses especialistas ocorreu em uma vila em Roma, surgiu o nome de Clube de Roma (GONÇALVES, 2005).

Segundo Brüseke (1994), em 1972, o Clube de Roma publicou um estudo denominado “Limites do Crescimento”, que seria um dos primeiros documentos formais que trata do homem e suas relações com o meio ambiente a nível mundial. As conclusões do grupo destacam o crescimento populacional e as pressões exercidas sobre os recursos naturais em função da acelerada industrialização e urbanização.

Também em 1972 ocorreu a “Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano”, que ficou conhecida como “Conferência de Estocolmo”, sendo esse o primeiro grande passo em busca da superação dos problemas ambientais. As propostas ali apresentadas foram baseadas no relatório do Clube de Roma (SACHS, 2002).

Todos esses acontecimentos deram início a uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram no grande marco ambiental que ocorreu em 1992: a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento” (CNUMAD), conhecida como “Conferência da Terra”, “Eco-92” ou “Rio-92”, por ter sido realizada no Rio de Janeiro (PIMENTA; NARDELLI, 2015).

Os principais objetivos da Conferência eram conseguir um equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras e firmar uma associação mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre os governos e os setores da sociedade civil. Nesta Conferência foram aprovados três acordos que edificaram a Agenda 21, definindo direitos e as obrigações dos Estados sobre os princípios básicos do meio ambiente e desenvolvimento. Um ponto importante da Eco-92, foi que a mesma não foi composta somente de representantes de Estados, mas houve uma expressiva participação da sociedade civil e de organizações não-governamentais no evento, fato que denota o princípio do envolvimento da sociedade, como um todo, nas questões relacionadas ao meio ambiente (GONÇALVES, 2005).

Já em 1983, foi criada a “Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (CMMAD), pela Assembleia Geral da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland. Essa Comissão lançou em 1987 o relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como “Relatório Brundtland”. Nesse relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi definido pela primeira vez como “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 7). Estão também constantes no Relatório a noção de limites ao desenvolvimento e a ênfase de que os países “em desenvolvimento” não poderiam seguir o mesmo ritmo de crescimento econômico dos países “desenvolvidos”, haja vista que, dessa forma, os recursos naturais estariam ameaçados. (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

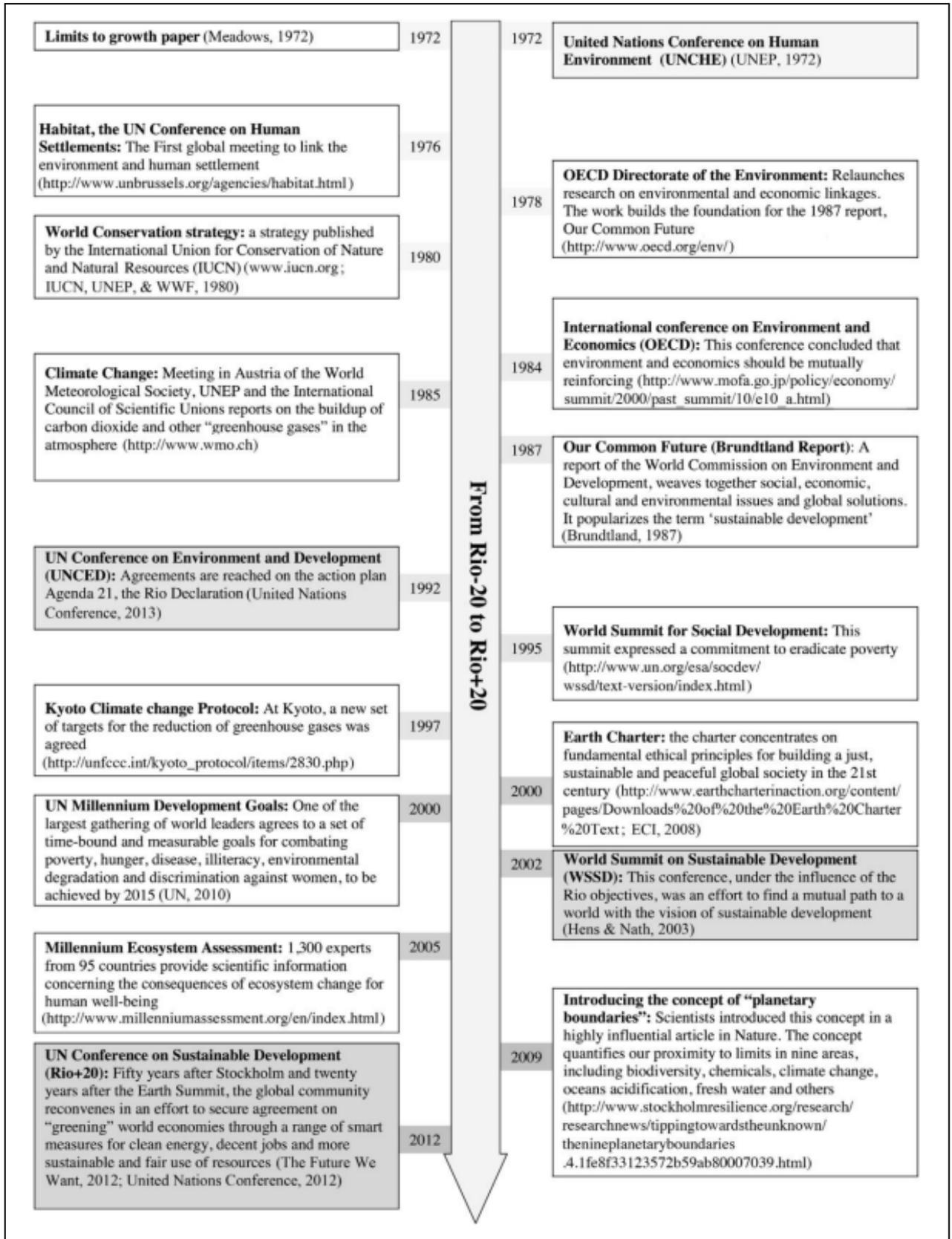
Passados 10 anos da “Rio-92”, aconteceu em Johannesburgo, África do Sul, a “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável” (CMDS), “Cúpula da Terra 2” ou “Rio+10”, cujo objetivo era avaliar o andamento dos compromissos acordados na Rio 92. Contudo, os resultados apresentaram poucos avanços e a defesa da natureza passou a ficar em segundo plano em detrimento do novo foco de diminuição da pobreza (PIMENTA; NARDELLI, 2015).

Novamente, após mais 10 anos, foi convocada por meio de uma resolução da Assembleia Geral da ONU a “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável”, também conhecida como “UNCSD”, “Rio 2012” ou “Rio+20”, cujos objetivos foram superar os problemas encontrados nos anos anteriores, renovar os compromissos políticos firmados ao alcance do Desenvolvimento Sustentável e avaliar o progresso ambiental. O resultado da “Rio+20” foi o relatório “O Futuro que queremos” que aborda, principalmente, os temas “Economia Verde” no contexto do desenvolvimento sustentável e da “Erradicação da Pobreza” na estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (PIMENTA; NARDELLI, 2015).

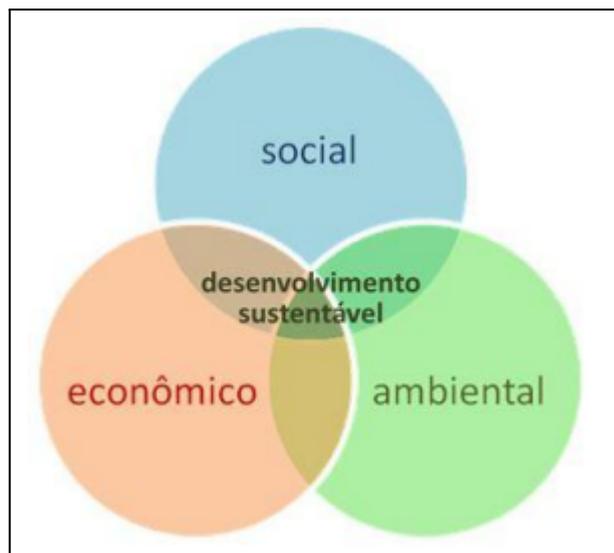
Na sequência é apresentado um quadro com o resumo dos principais eventos que abordaram e impactaram a temática “Desenvolvimento Sustentável” até o ano de 2012, quando foi realizada a Conferência Rio + 20:

Figura 1 - Principais eventos internacionais que impactaram no Desenvolvimento Sustentável até a “Rio+20”



Com a propagação do termo sustentabilidade, o conceito do *Triple Bottom Line* (TBL), ou Tripé da Sustentabilidade ganhou força, principalmente no final da década de 1990. O TBL compreende que o desenvolvimento deve levar em consideração a dinâmica entre os aspectos econômico, social e ambiental de forma que o desenvolvimento em uma dessas áreas não prejudique o desenvolvimento nas outras duas áreas, devendo estar em constante equilíbrio. Esse conceito foi criado em 1994 pelo empresário John Elkington, ganhando reconhecimento considerável, sendo componente das estratégias corporativas na inovação e na geração de valor e englobando a ideia de que o êxito das organizações não deve apenas ser medido pela sua performance econômica, mas também considerar os benefícios ao meio ambiente e à sociedade como parte das medidas de desempenho (VENTURINI; LOPES, 2015). Na sequência é apresentada uma ilustração que demonstra essa inter-relação:

Figura 2 - Tripé do Desenvolvimento Sustentável (Triple Bottom Line)



Fonte: Bioseta Inteligência Ambiental (2014).

Nos próximos tópicos serão melhor explicitadas cada uma das dimensões que compõem o Desenvolvimento Sustentável.

2.1.2 Dimensão Ambiental

Com a consolidação do sistema capitalista que possui como premissa básica a acumulação do capital e o incentivo ao consumo, a problemática ambiental ganha ênfase e vem se agravando mais rapidamente a partir da década de 1980 com o surgimento do processo

de Globalização. Esse fenômeno tem como uma de suas consequências a homogeneização das populações mundiais, colocando-as, majoritariamente, nos moldes da população norte-americana. Assim sendo, pode-se perceber que a consciência sobre os problemas ambientais pode ser considerada recente, sendo a preocupação com os impactos gerados pelo mau uso dos recursos naturais iniciada, principalmente, nas últimas décadas do século XX (PEREIRA; CURI, 2012).

Com base nessa nova perspectiva, a sustentabilidade sugere uma nova forma de olhar para os recursos naturais e a maneira como são utilizados pela sociedade, organizações e comunidades. Segundo Nascimento (2012), a dimensão ambiental da sustentabilidade supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência.

Ampliando ainda mais esse diálogo, Sachs (2002) considera que a sustentabilidade ambiental preza pela criação de um processo de desenvolvimento sustentável pela visão de uma sociedade equilibrada, buscando um estilo de vida adequado tanto ao presente quanto ao futuro. Assim sendo, busca o desenvolvimento econômico aliado a uma melhoria significativa na qualidade de vida da população mundial, ensejando maior equidade na distribuição de renda, melhorias na saúde, na educação, nas oportunidades de emprego, dentre outros.

Já Buss et al. (2012) define que na dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável implica, entre outros componentes, a execução por instituições públicas e organizações privadas de um conjunto de ações sobre o meio ambiente que impactam diretamente a saúde humana. Alguns exemplos dessas ações seriam: saneamento do meio, abastecimento de água potável, tratamento do esgoto, destinação adequada do lixo, controle e ações sobre os fatores de risco presentes nos processos produtivos urbanos e rurais (a exemplo da poluição do ar, solo e águas por resíduos industriais ou a questão dos agrotóxicos e fertilizantes), com seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores e da população em geral.

De acordo com Brandalise et al. (2015), a proteção ambiental evoluiu de função exclusiva de proteção ao meio ambiente para tornar-se também uma função da administração, realizando práticas e programas de gerenciamento. Contudo, é essencial considerar que o desenvolvimento sustentável se relaciona com quanto cada indivíduo está disposto a cooperar com esse processo de desenvolvimento.

Assim, sendo o desenvolvimento sustentável é também uma decisão individual. Este raciocínio leva a crer que cada sujeito irá pensar na dimensão ambiental a partir do momento que estas melhorem o seu bem-estar social que, por muitas vezes, é conseguido por meio de atos que envolvem ações relacionadas à dimensão econômica (RIEDNER et al., 2018).

2.1.3 Dimensão Econômica

Para Daly (1994), a teoria econômica deve atender três objetivos: alocação, distribuição e escala. Na Economia, questões relativas à alocação e distribuição são tratadas de modo consistente, tanto em termos teóricos quanto históricos. Contudo, a questão referente à escala ainda não conta com instrumentos políticos de execução.

A alocação se refere aos fluxos de recursos. Uma boa alocação é aquela que disponibiliza recursos em função das preferências individuais, sempre balizada pelo instrumento “preço”. Já a distribuição seria a divisão dos recursos entre as pessoas. Por fim, a escala se refere ao volume físico do fluxo de matéria e energia retirada do ambiente em forma de matéria bruta e devolvida a esse meio como resíduos (BELLEN, 2010).

Segundo Bellen (2010), a teoria econômica tem se abstraído da questão da escala de duas maneiras: assumindo que o meio ambiente é uma fonte de recursos infinita; e que esse mesmo meio constitui depósito de resíduos de tamanho infinito em relação à escala do subsistema econômico. Contudo, essa visão seria irreal, tendo em vista que, frequentemente, ocorrem crises que surgem quando a Economia cresce de tal modo que a demanda sobre o meio ambiente ultrapassa seus limites. Nesse sentido, para o mesmo autor, a sustentabilidade econômica abrange a alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada.

Já Rutherford (1997) vê a Economia como um eterno fluxo de estoques e capital. Contudo, sua visão não se limita apenas ao convencional capital monetário ou econômico, mas está aberta a considerar capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental, ou natural, capital humano e capital social, teoria que vai ao encontro da forma de economia proposta pelo desenvolvimento sustentável.

Segundo Sachs (1993), a dimensão econômica da sustentabilidade é possibilitada pela alocação e gestão dos recursos e por um fluxo regular de investimento tanto do setor público quanto do privado. Porém, para que isso aconteça é preciso que sejam superadas as condições externas negativas como o ônus do serviço da dívida pública, as relações adversas

de troca, as barreiras protecionistas dos países industrializados, as limitações de acesso à ciência e tecnologia de grande parte dos países, dentre outros. Resumindo, a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, ao contrário do que acontece nos dias atuais, onde apenas os critérios de lucratividade organizacional são levados em consideração.

Já Nascimento (2012), foca a dimensão econômica quase que totalmente no aspecto ambiental. Ele relata que a parte econômica do desenvolvimento sustentável deve ter como foco o crescimento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. Para esse estudioso, é preciso uma constante inovação tecnológica que possibilite a saída do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e a ampliação e desmaterialização da economia.

Por sua vez, Garcia (2016) tem um conceito mais sintético da dimensão econômica da sustentabilidade, interligando a mesma mais ao aspecto social, porém, sem deixar de mencionar o aspecto ambiental. Segundo este autor, a dimensão econômica está preocupada com o desenvolvimento de uma economia que tenha por finalidade gerar uma melhor qualidade de vida para as pessoas, com padrões que contenham o menor impacto ambiental possível.

Também levando em consideração a dimensão econômica, Bartelmus (1995) discute a sustentabilidade a partir da visão da contabilidade e da responsabilidade. Para o autor, a contabilidade é pré-requisito para a gestão racional do meio ambiente e da economia. Contudo, seu discurso faz uma crítica aos meios convencionais de contabilidade na área financeira que procuram medir a riqueza de um país somente por meio de indicadores financeiros.

Para esse autor, os meios tradicionais para medir custo e capitais e os sistemas nacionais de contas tem falhado tanto por negligenciar a escassez provocada pela utilização de recursos naturais (aspecto que prejudica a produção sustentável da economia), quanto pela degradação da qualidade ambiental e as consequências que essa degradação tem sobre a saúde e o bem-estar humano (BARTELMUS, 1995). Esse aspecto do bem-estar humano e da relação natureza x sociedade é melhor explicitado na dimensão social do desenvolvimento sustentável.

2.1.4 Dimensão Social

Na dimensão social a preocupação principal é com a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida e o bem-estar da sociedade. Entretanto, o conceito de bem-estar não é fácil de se analisar nem de se medir. A riqueza é importante, mas é apenas parte do quadro geral da sustentabilidade. Acesso a serviços básicos como água limpa e tratada, ar puro, serviços médicos, proteção, segurança e educação podem estar ou não relacionados com os rendimentos ou com a riqueza de determinada sociedade (BELLEN, 2010).

Para Nascimento (2012), um dos momentos que influenciaram o início da preocupação com a dimensão social da sustentabilidade foi com a produção do documento “Only One Earth”, produzido pela ONU. Esse documento considerava o problema ambiental decorrente de externalidades: tanto do excesso de desenvolvimento (tecnologia agressiva e consumo excessivo), quanto de sua falta (crescimento demográfico e baixo PIB per capita). Assim sendo, a questão ambiental deixava de ficar restrita ao meio natural e começava a adentrar o espaço social. Graças a esse debate gerado, o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia) é substituído por uma tríade, onde além da questão ambiental e econômica introduziu-se a dimensão social.

Para Sachs (1993), a dimensão social do desenvolvimento sustentável pode ser entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento que seja bom para toda a sociedade. Assim sendo, o objetivo seria construir uma civilização do “ser”, existindo uma maior equidade e distribuição do “ter”, visando melhorar os direitos e condições da grande massa de população, reduzindo a distância entre os padrões de vida de “abastados” e “não abastados” e abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais dos seres humanos.

Corroborando com as ideias de Sachs, Nascimento (2012) relata que uma sociedade sustentável possibilita que toda a população tenha o mínimo indispensável para viver com dignidade, adquirindo bens e recursos naturais sem prejudicar a outros cidadãos. Isso inclui eliminar a pobreza e estabelecer um padrão de desigualdade aceitável, determinando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais, implantando a desejável justiça social. Além disso, para Araújo et al. (2006), a dimensão social engloba ainda a segurança do trabalho e saúde ocupacional, responsabilidade social, treinamento, cumprimento das práticas trabalhistas, seguridade dos direitos humanos e diversidade cultural.

Por abranger um conjunto de questões simultâneas, tais como: crescimento econômico, exploração racional dos recursos naturais, conservação, qualidade de vida, pobreza, distribuição de renda, etc., outras dimensões do desenvolvimento sustentável vêm surgindo e despertando novas discussões e problemáticas a respeito do tema, conforme pode verificar-se na sequência (SOUZA FILHO, 2009).

2.1.5 Outras dimensões

O tema sustentabilidade está cada vez mais evidente, tanto no meio acadêmico, quanto no meio governamental, organizacional e na sociedade de maneira geral. Dessa forma, as discussões acerca deste tema encontram-se ainda em constante desenvolvimento e mudança, fazendo com que novas formas de análise e percepções venham à tona a cada dia.

As três dimensões citadas anteriormente (Ambiental, Econômica e Social) são as que estão inclusas na maior parte dos conceitos de desenvolvimento sustentável dos mais diversos autores. Contudo, há estudiosos que aprofundam e amplificam ainda mais as facetas presentes no desenvolvimento sustentável, fato que torna o conceito ainda mais rico e complexo.

Sachs (1993) é um desses autores, que inclui além das dimensões Ecológica, Econômica e Ambiental, as dimensões Cultural e Espacial. Para o mesmo, a dimensão Cultural deve levar em conta os valores culturais específicos de cada sociedade, facilitando processos que busquem mudanças na continuidade cultural sem deixar de levar em consideração o conceito normativo de Ecodesenvolvimento. A cultura seria uma resposta do homem à sua necessidade de sobrevivência dentro do ecossistema, buscando sua adaptação neste. Dessa maneira, a diversidade biológica está unida à diversidade cultural na busca do desenvolvimento sustentável.

A outra dimensão citada por Sachs (1993) é a dimensão Espacial. Esta dimensão estaria relacionada com o estabelecimento de uma configuração adequada da distribuição das populações rural e urbana no território, buscando também um equilíbrio das atividades econômicas. A concentração demográfica excessiva nas áreas urbanas seria a grande geradora da perda da biodiversidade e, sendo assim, é preciso preservar ecossistemas frágeis promovendo a agricultura e a exploração das florestas por meio de técnicas modernas, regenerativas e por agricultores familiares, e explorar o potencial da industrialização descentralizada junto à geração de tecnologias limpas.

A Organization for Economic Co-operation and Development (OECD, 1993), por sua vez, destaca que o desenvolvimento sustentável apresenta as dimensões Econômica, Social e Ambiental, apoiadas em uma dimensão considerada transversal a todas essas, que seria a dimensão Institucional composta pelos governos, legislações, organizações e sociedade civil, haja vista que são considerados agentes aceleradores do processo de desenvolvimento. Essa mesma abordagem é adotada ainda por algumas outras organizações mundiais, como a ONU e a União Europeia.

Spangenberg e Bonniot (1998) também consideram em suas pesquisas a dimensão Institucional. Para os autores, a sustentabilidade institucional deve ser considerada com igual importância, não sendo aceitável a degradação ambiental, a violação da dignidade humana pela pobreza ou outras ameaças e nem a bancarrota pública ou privada, aí se enquadrando o conceito da sustentabilidade institucional.

Já Catalisa (2003) discorre sobre sete dimensões do desenvolvimento sustentável. Além das dimensões Econômica, Social, Ambiental e Cultural, apresentadas anteriormente, esse autor também inclui em seu rol as dimensões Moral, Técnica, Política e Ecológica.

Com relação à dimensão Moral, Catalisa (2003) relata que o desenvolvimento sustentável possui como pano de fundo a ética. Sendo assim, o sistema ético é compelido a examinar constantemente a degradação do meio ambiente e a sobrevivência humana em cenários de risco. Assim, sob essa perspectiva, deve haver uma mudança qualitativa da natureza da atividade humana, com base na ética e na responsabilidade, fazendo com que as ações do homem estejam atentas aos efeitos que essas ações podem provocar e se as mesmas são compatíveis com a continuidade da vida humana. A dimensão Técnica, que já foi responsável pela degradação do ambiente, agora, deve trabalhar em prol da natureza, criando ferramentas tecnológicas que atendam tanto às necessidades da indústria, quanto na diminuição dos impactos ambientais, reutilização de matérias-primas e energia, dentre outros. A dimensão Política contempla a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, a construção de espaços públicos comunitários, a maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos. E por fim, a dimensão Ecológica que encontra-se vinculada à questão do uso dos recursos naturais e a minimização de possíveis efeitos nocivos à vida. Esse se mostra diverso da dimensão Ambiental “tradicional” que incluiria outros fatores como: conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza, respeito aos direitos humanos e integração social.

Pawlowski (2008) insere junto à dimensão econômica o aspecto Legal. Visando incluir o aspecto ambiental em um mercado competitivo, cujo objetivo principal é a lucratividade, os instrumentos econômicos deverão atuar ao lado dos técnicos para definir uma política de proteção ambiental. Multas, taxas e impostos pagos pela poluição e utilização de recursos naturais e subsídios para organizações que desenvolvam projetos ambientais inserem o desenvolvimento sustentável a um mercado econômico, e isso se faz por meio das legislações vigentes.

Já para Werbach (2010), a sustentabilidade possui somente as dimensões Econômica, Social, Ambiental e Cultural. A Econômica diz respeito à convergência entre as satisfação das necessidades das organizações e a necessidade da população em geral; a Social versa que qualquer ação afeta todos os membros da sociedade e, portanto, exige cuidado; a Ambiental tem relação com a proteção e restabelecimento dos ecossistemas; e a dimensão Cultural deve proteger e valorizar a diversidade cultural de cada povo.

Abaixo segue um quadro que sintetiza as principais dimensões presentes nas obras de alguns dos autores mencionados e os contextos aos quais as diferentes visões se referem:

Quadro 1: Autores e Dimensões da Sustentabilidade

Autores	Dimensões	Ênfase
Sachs (1993)	Econômica, Social, Ecológica, Cultural e Espacial.	Contexto global.
OECD (1993)	Econômica, Social, Ambiental e Institucional.	Contexto global.
Elkington (1997)	Econômica, Social e Ambiental.	Contexto organizacional.
Spangerber e Bonniot (1998)	Econômica, Social, Ambiental e Institucional.	Contexto organizacional.
Catalisa (2003)	Econômica, Social, Ambiental, Cultural, Espacial, Política e Ecológica.	Contexto global.
Pawlowski (2008)	Econômica, Social, Ambiental, Moral, Legal, Técnica e Política.	Contexto global.
Werbach (2010)	Econômica, Social, Ambiental, Cultural.	Contexto organizacional.

Fonte: Froehlich, 2013.

Contudo, cabe salientar que existem inúmeras outras visões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável e suas dimensões, haja vista que esse tema ainda se encontra em fase de construção, havendo a possibilidade de surgimento de novas visões e perspectivas em um futuro próximo.

2.2 ECODESENVOLVIMENTO x DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo ecodesenvolvimento foi empregado, primeiramente, pelo Secretário Geral da conferência de Estocolmo ocorrida no ano 1972, Maurice Stong. Contudo, o conceito de ecodesenvolvimento foi difundido e definido de forma mais profunda por Ignacy Sachs a partir do ano 1974 (MONTIBELLER FILHO, 2004).

Para Sachs, o Ecodesenvolvimento seria o desenvolvimento dependente de suas próprias forças, que tem por objetivo harmonizar os objetivos sociais e econômicos à uma gestão cautelosa dos recursos e dos meios (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Assim sendo, o ecodesenvolvimento está voltado tanto para as necessidades sociais atuais quanto com o cuidado com a preservação ambiental; pressupondo solidariedade com a geração atual, pois desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população; e sem deixar de considerar a solidariedade para com as gerações futuras, por meio da economia de recursos naturais visando garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento (SACHS, 1986).

Sachs destaca, ainda, que o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que considera soluções específicas para os problemas particulares de cada região, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais (LAYRARGUES, 1997).

Sem negar a importância das trocas de conhecimento, o Ecodesenvolvimento tenta ir de encontro à tendência predominante das “soluções universalistas” e das “fórmulas generalizadas”. Ao invés de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, acredita na capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais (LAYRARGUES, 1997).

Já o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi amplamente divulgado por meio do Relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório de Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no ano de 1987. Nesse documento o desenvolvimento sustentável é citado como aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1991).

Segundo Layrargues (1997), esse relatório dá ênfase às consequências da pobreza sobre o meio ambiente, assegurando que a pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Assim sendo, seria inútil tentar abordar os problemas ambientais sem uma perspectiva mais ampla, que englobe a pobreza

mundial e a desigualdade internacional. Daí surge, segundo autores adeptos do Ecodesenvolvimento, um ponto frágil do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que apoia-se na intensa propaganda do “círculo vicioso da pobreza”, com o propósito de justificar a necessidade da continuidade do crescimento econômico. Nesse discurso também há a ideia de que o crescimento econômico pode continuar no mesmo ritmo indefinidamente, desde que ocorram modificações tecnológicas visando tornar, sobretudo os insumos energéticos, mais econômicos e eficientes (LAYRARGUES, 1997).

Na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, ocorrida em Ottawa (Canadá), em 1986, o Desenvolvimento Sustentável foi colocado como o novo padrão a ser seguido, tendo como princípios norteadores:

- a) integração entre conservação da natureza e desenvolvimento;
- b) satisfação das necessidades humanas fundamentais;
- c) alcance da equidade e justiça social;
- d) busca da autodeterminação social e respeito à diversidade cultural;
- e) manutenção da integridade ecológica (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Como se pode observar, os princípios do Desenvolvimento Sustentável, além dos princípios já citados pelo Ecodesenvolvimento, acresce à ele os elementos de “equidade e justiça social” e “respeito à diversidade cultural”. Esse fato faz com que alguns autores considerem que o termo Desenvolvimento Sustentável seja uma evolução do termo Ecodesenvolvimento. É o caso de Deballi (2009) e Dias e Tostes (2009).

Contudo, esse é um tema que gera muitos debates, dúvidas e incertezas ainda nos dias atuais. Há autores que acreditam que os dois termos representam o mesmo conceito, e que podem ser usados da mesma maneira. O próprio divulgador do termo, Sachs, considera que os dois termos possuem tantos elementos em comum, que podem ser considerados sinônimos (SACHS, 1993). Já outros autores acreditam que os dois termos possuem muitas diferenças e não podem ser correlacionados como Montibeller Filho (2004), Lopes et al. (2017) e Layrargues (1997).

A meta almejada tanto por Sachs como pela Comissão Brundtland seria a criação de uma sociedade sustentável. Para Layrargues (1997) daí proviriam as variadas interpretações de que ambos os conceitos seriam sinônimos, ou de que o Desenvolvimento Sustentável representaria o Ecodesenvolvimento em um estágio de elaboração mais evoluído.

Segundo Gavard (2009) existem muitas semelhanças entre o Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável: ambos consideram o direito das gerações futuras, e que o

componente ambiental deve entrar em consenso com o critério econômico no processo decisório, com a participação das comunidades envolvidas.

Do mesmo modo, Montibeller Filho (1993) acredita que os dois conceitos têm em comum a visão holística e a crítica ao reducionismo economicista, assim como a visão de longo prazo, a preocupação com o bem-estar social e a solidariedade com as gerações futuras. Por fim, a “ideia-força” de ambos os conceitos também seria a mesma: a dimensão ambiental fazendo parte do processo de desenvolvimento.

Porém, para Maimon (1992), a diferença fundamental entre Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável consiste no fato de que o primeiro volta-se ao atendimento das necessidades básicas da população, por meio de tecnologias apropriadas a cada ambiente, partindo do mais simples ao mais complexo; já o Desenvolvimento Sustentável dá destaque à política ambiental, à responsabilidade com as gerações futuras e a responsabilidade de todos com os problemas globais.

Layrargues (1997) considera que compartilhar de uma mesma meta, que neste caso significa alcançar uma sociedade ecologicamente sustentável, não significa compartilhar as mesmas estratégias de execução. Assim, haveriam diferenças sutis entre os dois conceitos, que traduzem ideologias diferentes. Enquanto o Ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, busca por soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta tanto os dados ecológicos, quanto os culturais, o Desenvolvimento Sustentável estaria ligado à melhoria do padrão de vida dos países pobres, o que implicaria em um aumento de consumo mundial, e nivelaria o consumo “por cima”, ou seja, com base nos países ricos. Já o Ecodesenvolvimento implicaria não só no aumento do padrão de vida dos mais pobres, mas na diminuição do padrão de vida dos países ricos, buscando um nivelamento pelo “ponto médio” entre países ricos e pobres. E seria essa situação que a Comissão Brundtland evitaria abordar, contando que as inovações tecnológicas permitirão o acesso de todos os povos à fartura, sem comprometimento da sustentabilidade ambiental e não havendo necessidade do Norte participar do esforço de se impor restrições ao consumo.

Por conta deste fato, segundo Gavard (2009), o Ecodesenvolvimento foi “rejeitado” pela sociedade, devido ao seu conteúdo excessivamente político e de partir de premissas que contrariavam os interesses da economia mundial. Já o Desenvolvimento Sustentável ganhou destaque e teve ampla aceitação devido ao seu caráter conciliador que acredita na

possibilidade de se alcançar o desenvolvimento contemplando aspectos sociais, econômicos e ecológicos.

Na sequência será tratado o tema “Agroecologia”, uma das bandeiras do Armazém do Campo.

2.3 AGROECOLOGIA

O entendimento sobre o que seja a Agroecologia e aonde pode-se chegar com a mesma não é ainda um assunto claro a todos e tem tido interpretações conceituais diversas.

Segundo Caporal e Costabeber (2002), alguns exemplos do mau uso do termo são a confusão da Agroecologia com um modelo de agricultura, com um produto ecológico ou uma tecnologia agrícola. Para esses autores, a Agroecologia seria uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas.

Leff (2002), concorda com Caporal e Costabeber em relação à miríade de disciplinas necessárias ao estudo da Agroecologia, porém inclui em seu âmbito as “práticas” descartadas por Caporal e Costabeber no conceito apresentado anteriormente. Assim, para Leff (2002), a Agroecologia pode ser definida como “um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável no campo.”

Já segundo o próprio MST (2022), Agroecologia seria a *práxis* social e produtiva dos camponeses, onde a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular criam-se e manejam-se sistemas produtivos diversificados que possuem a natureza como aliada. A Agroecologia seria a convivência e interação entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor.

Dentre os objetivos da Agroecologia estariam a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, fato que demanda interpretações complexas das relações existentes entre as pessoas, cultivos, o solo, água e animais e a participação de variadas ciências como a Ecologia, Agronomia, Sociologia, Antropologia, Economia Ecológica, dentre outras. Além disso, é necessário que o manejo desses agroecossistemas sejam sustentáveis com o decorrer do tempo, para que os recursos não se esgotem futuramente (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Além de estarem em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual é preciso preservar os recursos para que possa-se tê-los no futuro, as práticas agroecológicas remeteriam à recuperação dos saberes tradicionais e a um passado no qual o humano era “dono do seu saber”, ou seja, levando em consideração conhecimentos ancestrais e tradicionais dos povos antigos e originários (LEFF, 2002).

Do mesmo modo, Altieri (2008, p. 21) acredita que a Agroecologia busca criar agroecossistemas “culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis”, buscando valorizar o conhecimento tradicional e estudando-o por meio da ciência para que se possam alcançar práticas agrícolas sustentáveis para o meio ambiente e para o trabalhador do campo, além de conscientizá-los sobre a importância da agrobiodiversidade e seus valores culturais.

Sobre o mesmo tema, Rosa e Campos (2020), destacam que a Agroecologia se mostra como instrumento de empoderamento social de trabalhadores para a transição da agricultura convencional para uma agricultura agroecológica promotora do desenvolvimento sustentável, tornando-se, assim, uma ferramenta para se concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Agroecologia e os alimentos produzidos pela mesma, são uma das bandeiras do MST e do Armazém do Campo. Em sua página *web* o Armazém do Campo relata que seus objetivos são: “incentivar a mudança de hábito de consumo das pessoas através do acesso direto a preços acessíveis, a produtos vindos de assentamentos da Reforma Agrária, de pequenos produtores e de fabricação orgânica e agroecológica”, acrescentando ainda, que um dos resultados esperados pelo “Projeto Armazém do Campo” é a “democratização do acesso a alimentos orgânicos e agroecológicos” (NOVOS PARADIGMAS, 2022).

Desta forma, a Agroecologia, como modelo de sustentabilidade, compartilha os mesmos valores, recomendações e práticas dos ODSs e, sendo assim, se mostra como uma aliada das organizações que desejam efetivar os ODSs em sua organização.

Na sequência serão apresentados os Objetivos do Milênio, que seriam os precursores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

2.4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram oito objetivos globais, assumidos pelos países-membros da ONU, que tinham por objetivo fazer com que a extrema

pobreza e a fome do planeta fossem eliminados, fatores esses que afetam principalmente as populações mais pobres dos países menos desenvolvidos (ROMA, 2019).

O marco fundador dos ODM foi a Resolução número 55/2 da Assembleia Geral da ONU, que ganhou o nome de “Declaração do Milênio das Nações Unidas”. Esta resolução foi adotada unanimemente por representantes de 191 países na “Cúpula do Milênio das Nações Unidas”, realizada em setembro de 2000. Conforme esse documento, o principal desafio da época era garantir que a globalização se tornasse uma força positiva para todos os povos, pois apesar de a mesma oferecer grandes oportunidades, seus benefícios eram compartilhados de maneira desigual pelas nações. Os países em desenvolvimento enfrentavam dificuldades para alcançar a globalização, assim como sentiam seus elevados custos e ficavam, muitas vezes, com grande parte dos ônus gerados (LAURENTI, 2005).

A maioria das metas estabelecidas para os ODM possuía como intervalo temporal o período de 1990 a 2015, ou seja, avaliavam o progresso ocorrido nos indicadores em intervalos regulares até 2015, tendo por base os dados iniciais obtidos em 1990 (ROMA, 2019).

Especificamente no Brasil, a governança dos ODM foi estabelecida por meio de um Decreto Presidencial, em 2003, o qual instituiu o “Grupo Técnico para Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Dentre as atribuições desse grupo técnico estava adaptar os ODM à realidade brasileira (OLIVEIRA, 2006).

Os objetivos do Milênio, segundo o IPEA (2005), consistiam em:

- a) erradicar a extrema pobreza e a fome;
- b) universalizar a educação primária;
- c) promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
- d) reduzir a mortalidade na infância;
- e) melhorar a saúde materna;
- f) combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
- g) assegurar a sustentabilidade ambiental;
- h) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Na sequência pode-se observar a imagem utilizada para divulgação dos ODM junto à mídia e população:

Figura 3: Objetivos do Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ODM Brasil (2022).

Em junho de 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O documento resultante dessa Conferência, denominado “O Futuro que Queremos”, serviu de base para que os países-membros da ONU construíssem um novo conjunto de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que passariam a vigorar após o ano de 2015. Após muitas negociações, em 25 de setembro de 2015, foi adotado o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um plano de ação para a prosperidade mundial compreendendo o período de 2016 a 2030. Integram a Agenda 2030 um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para uma mais fácil aplicabilidade desses ODSs (LAURENTI, 2005).

Assim, pode-se perceber, que os ODM foram os precursores e a base para a formação dos 17 ODS até o momento vigente. Na sequência os ODSs serão abordados com maiores detalhes.

2.5 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) representaram um marco importante para o avanço e melhoria das condições de vida da população mundial. Contudo, a ONU observou que esse desenvolvimento estava se dando de maneira desigual, particularmente nos países africanos, nos países em desenvolvimento sem litoral e nos

pequenos Estados insulares em desenvolvimento, onde alguns dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio permaneciam fora de alcance (SANTANA, 2012).

Dessa forma, a ONU buscou fazer um estudo do porquê esse desenvolvimento vinha ocorrendo de maneira desigual e, com base nisso, buscou aprimorar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Assim, criou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que simultaneamente à continuidade das prioridades de erradicação da pobreza, saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, define uma ampla gama de objetivos econômicos, sociais e ambientais que pretendem contribuir para sociedades pacíficas e inclusivas; definindo, inclusive, meios de implementação dessas ações.

Assim, os ODSs sucederam os ODMs, expandindo ainda mais o desafio da erradicação da pobreza e incluindo uma ampla variedade de tópicos inter-relacionados em torno das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Esses novos objetivos entraram em vigor no ano de 2016 e possuem como propósito orientar decisões até o ano de 2030 (GLOBAL REPORTING INITIATIVE; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2016).

No Brasil, a normativa para implementação dos ODSs foi instituída por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Passado um ano de sua criação a CNODS publicou o Plano de Ação que previa a adequação das 169 metas dos ODS e seus respectivos indicadores globais à realidade brasileira. A tarefa de “nacionalização” das metas e indicadores foi atribuída ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definidos como órgãos de assessoramento permanente da CNODS (ROMA, 2019).

A nova Agenda dos ODSs é guiada pela Carta das Nações Unidas, fundamentando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração do Milênio e no documento final da Cúpula Mundial de 2005, sempre respeitando todos os princípios do Direito Internacional (GLOBAL REPORTING INITIATIVE; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2016).

Ao todo, são 17 objetivos para o alcance do desenvolvimento sustentável em nível mundial. São eles:

- a) Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

- b) Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c) Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d) Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e) Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- f) Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- g) Objetivo 7: Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
- h) Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- i) Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- j) Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k) Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l) Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m) Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
- n) Objetivo 14: Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o) Objetivo 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p) Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- q) Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (GLOBAL REPORTING INITIATIVE; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2016).

Em seu relatório “SDG Compass: diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios” a ONU reconhece que o objetivo de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, apesar de ser o maior desafio global atual, é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a ONU incluiu aos 17 ODSs 169 metas para que o alcance desses objetivos se tornasse mais claro e facilitado a todos os envolvidos nesse processo (GLOBAL REPORTING INITIATIVE; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2016).

Especificamente no 2º Objetivo: “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” as metas norteadoras são as seguintes:

- a) Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

- b) Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;
- c) Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, e a outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola;
- d) Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;
- e) Até 2030, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente;
- f) Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo;
- g) Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;
- h) Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos (GLOBAL REPORTING INITIATIVE; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2016).

Todavia, somente com o estabelecimento de objetivos e metas se torna insuficiente resultados mais concretos, tornando-se necessária a constante supervisão, acompanhamento e revisão desses objetivos e metas em nível global.

Para isso, foi criado em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), o “Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável”. Esse é um grupo de trabalho que tem papel central na supervisão, acompanhamento e revisão desses objetivos em nível global, trabalhando juntamente com a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social e outros órgãos. O mesmo tem por objetivo facilitar o compartilhamento de experiências, como sucessos, desafios e lições aprendidas, fornecendo informações para que a Agenda continue a ser relevante, assim como busque a inclusão de questões novas e emergentes. O grupo reúne-se de quatro em quatro anos e é composto por variados países desenvolvidos e em

desenvolvimento, bem como as entidades relevantes das Nações Unidas e outros grupos interessados, incluindo a sociedade civil e o setor privado (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS, 2019).

Entretanto, a ONU reconhece que não será capaz de alcançar esses objetivos sem uma “Parceria Global” na qual se incluem as atividades organizacionais privadas, que são as principais impulsionadoras do desenvolvimento econômico mundial (COUTINHO, 2021).

Assim sendo, na sequência serão melhor detalhadas as ações esperadas das organizações privadas para o sucesso do alcance dos ODSs.

2.6 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS NO ALCANCE DAS ODSs

Na sociedade em que vivemos, o investimento e a inovação proporcionados principalmente pela organização privada são importantes elementos impulsionadores da produtividade, crescimento econômico inclusivo e da criação de empregos (ZUANAZZI et al., 2016).

Reconhecendo essa importância das atividades organizacionais para a melhoria das condições de vida das pessoas, a ONU estimula as organizações a aplicarem sua criatividade e inovação não só no desenvolvimento de seus produtos e serviços, mas na resolução dos desafios do desenvolvimento sustentável, tendo em vista que a iniciativa privada é a que mais dispõe de capital e pode em muito contribuir (ou prejudicar, caso não faça sua parte) o desenvolvimento sustentável (ONU, 2016).

Segundo o Ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, as organizações privadas são parceiras vitais no alcance dos ODSs, pois elas podem contribuir não só por meio do monitoramento e diminuição de seus impactos, mas por meio das suas atividades principais. Para isso, segundo o mesmo, são imprescindíveis o estabelecimento de metas ambiciosas e a comunicação transparente de seus resultados (SDG Compass, 2015).

A implementação dos ODSs torna-se um desafio para as organizações, pois faz com que as mesmas superem o pressuposto da lucratividade e busquem alcançar bons resultados tanto para si, quanto para a sociedade de que fazem parte. Se bem executadas, essas iniciativas para o incremento do desenvolvimento sustentável podem se tornar uma oportunidade de alavancar os negócios e descobrir novos nichos de mercado (CRUZ, 2021).

Para facilitar a implementação de ações que contribuam com os ODS dentro das organizações, a ONU fez um manual destinado especificamente às mesmas, denominado

“SDG Compass”. Nele são apresentados, de forma facilitada e dirigida especificamente à organizações privadas, cinco passos para que a organização passe a exercer suas atividades conforme os ODSs da ONU. São eles:

- a) Entendendo os ODSs: onde ocorre a explicação do que seriam os ODSs e como internalizá-los nas organizações;
- b) Definindo Prioridades: abordando-se o processo de mapeamento da cadeia de valor, identificação das áreas de impacto da organização, seleção de indicadores e coleta de dados;
- c) Estabelecendo Metas: auxiliando a organização no processo de definição do escopo das metas e definição dos indicadores de desempenho, estabelecimento de nível de ambição e anúncio do compromisso com as ODSs;
- d) Integração: aborda formas de incorporar a sustentabilidade em todas as funções da organização e o engajamento com parcerias;
- e) Relato e Comunicação: explicitando formas da organização comunicar de forma clara sua contribuição para o alcance dos ODSs (SDG Compass, 2015).

Esse manual é baseado no reconhecimento da responsabilidade de todas as organizações no cumprimento de todas as legislações vigentes, no respeito aos padrões internacionais mínimos e no tratamento prioritário de todos os impactos negativos das atividades organizacionais nos direitos humanos (ONU, 2016).

A ONU desenvolveu o manual SDG Compass com foco nas grandes organizações multinacionais, que são as que mais podem contribuir para o alcance dos ODS e, caso exerçam suas atividades de maneira inadequada, também são as que mais podem prejudicar as comunidades nas quais estão inseridas. Entretanto, as organizações de pequeno e médio porte e outras organizações são encorajadas a utilizá-lo como fonte de inspiração e a adaptá-lo conforme necessário (SDG Compass, 2015).

Diferentemente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os ODSs foram pensados de forma a fazer com que as organizações privadas participem desse processo de melhoria global, convocando explicitamente todas as organizações a utilizar suas soluções e tecnologia para resolver os desafios de desenvolvimento sustentável (CANGUÇU et al., 2021).

Segundo a ONU (2016), alguns benefícios de se implementar os ODSs em organizações privadas são:

- a) Identificação de oportunidades de negócios futuras;
- b) Valorização da sustentabilidade corporativa e uso de recursos mais eficientes;
- c) Fortalecimento das relações com as partes interessadas e manutenção do ritmo com as políticas públicas;
- d) Investimento em um ambiente propício aos negócios;
- e) Utilização de uma linguagem comum e de finalidade compartilhada.

Sobre o mesmo tópico, Cruz (2021) relata que outros efeitos positivos da implementação dos ODSs nas organizações seriam:

- a) atrair consumidores e *stakeholders*: haja vista que os consumidores e parceiros estão mais exigentes e atentos às questões sociais e ambientais e à imagem da organização;
- b) ampliação da rede de contatos e parceiros: na medida em que para se adequar à esta nova demanda será necessária ampliação da rede de contatos e a execução de novas articulações com outras organizações e setores para o alcance das metas determinadas;
- c) disseminação de boas práticas: que auxiliará na garantia da dignidade da pessoa humana, manutenção do meio ambiente (do qual provém a matéria-prima das organizações), além do fato de se tornar referência para funcionários e consumidores. Esses, por sua vez, internalizarão essas boas práticas e as dissimularão por toda a sociedade.

Esses benefícios se estendem também ao desempenho e lucratividade das organizações. Segundo pesquisa de 2015 da consultoria Nielsen, 74% dos consumidores brasileiros preferem comprar com organizações que tenham programas sustentáveis e 46% estão dispostos a pagar mais por produtos e serviços desse tipo de organização. No âmbito global, 65% das vendas totais foram geradas por companhias que se comprometem, de alguma forma, com o Desenvolvimento Sustentável (MEIRELLES; AMÉRICO, 2020).

Portanto, a implementação de objetivos e metas organizacionais em consonância com os ODSs é uma prática que só tem a agregar a todos os atores do mercado, haja vista que os consumidores tendem a priorizar organizações que demonstrem comprometimento com a sociedade, parceiros com a mesma preocupação terão interesse em se aliar à organizações que executam suas atividades de maneira responsável e que possuem uma boa imagem perante a sociedade, e o meio ambiente, fonte de todos os recursos, será respeitado e poderá ser usufruído por todos.

Na sequência serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a execução da presente pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico serão descritas a metodologia, coleta de dados e análise de dados da presente pesquisa.

3.1 METODOLOGIA

Para melhor contextualização e entendimento deste trabalho, alguns conceitos básicos, todavia importantes, devem ser abordados; como o de pesquisa e alguns de seus tipos. Segundo Andrade (2003, p. 121), “pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

Concordando com as ideias de Andrade, Gil (1999, p. 42) afirma que “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Abordando o conceito de pesquisa de maneira ampla, Rudio (2000, p. 9) relata que “‘pesquisa’, no sentido mais amplo, é um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento”.

Com relação a seu objetivo, Ferrari (1982) relata que a pesquisa destina-se a duas finalidades: enriquecimento teórico das ciências e oferecer valor prático ou pragmático à sociedade.

A pesquisa científica pura, também denominada teórica ou básica, tem por objetivo articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento MINAYO (2002). Ou seja, a pesquisa teórica procura melhorar o próprio conhecimento, contribuindo, entendendo, explicando os fenômenos e trabalhando para gerar novas teorias.

Já a pesquisa científica aplicada possui como objetivo gerar soluções aos problemas humanos e entender como lidar com os mesmos. Contudo, apesar de ter uma finalidade prática, esse tipo de pesquisa também pode contribuir teoricamente, descobrindo fatos que auxiliem no planejamento de novas pesquisas ou até mesmo para a compreensão teórica de certas áreas do conhecimento (FERRARI, 1982).

Logo, essa pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois busca compreender as causas de determinados fatos, fornecendo informações que podem contribuir para soluções práticas para a melhoria de problemas.

Torna-se também importante salientar as tipologias de pesquisa a serem utilizadas. Dentre elas apresenta-se a pesquisa exploratória que, para Gil (1999, p. 43), seriam pesquisas que “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Fortalecendo as ideias de Gil, Marconi e Lakatos (2006, p. 85) descrevem que pesquisas exploratórias

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Outra pesquisa bastante utilizada é a descritiva. Sobre ela, Cervo e Bervian (1996, p. 49) relatam que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Igualmente para Gil (1999, p. 44), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

E na concepção de Rudio (2000, p. 71, grifo do autor), “[...] a **pesquisa descritiva** está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Com base nisso, percebe-se que este estudo se caracteriza como sendo de cunho descritivo e exploratório.

Outra tipologia de pesquisa de extrema importância para a elaboração deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, que para Cervo e Bervian (1996, p. 48), caracteriza-se por “[...] explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”, ou é a pesquisa “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 1999, p. 65).

Contribuindo com as ideias dos autores citados anteriormente, Marconi e Lakatos (2006, p. 71) expõem que

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações, em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

Portanto, para que se pudesse fazer um exame minucioso sobre as características e constituição, tanto do MST e do Armazém do Campo, quanto sobre os conceitos que envolvem o Desenvolvimento Sustentável, foi de primordial importância a consulta a livros e demais acervos bibliográficos que deram subsídios para uma análise consistente sobre o assunto.

Os principais autores utilizados para o conhecimento acerca do MST e do Armazém do Campo foram: Furtado (2021), Marques (2006), Rizzo e Leandro (2017), assim como o próprio sítio do MST.

Já os principais autores utilizados para o conhecimento acerca do tema Desenvolvimento Sustentável foram: Bellen (2010), Gonçalves (2005), Layrargues (1997), Montibeller Filho (2004; 1993), Nascimento (2012), Pimenta e Nardelli (2015) e Sachs (1993; 2002).

Outra modalidade de pesquisa utilizada foi a pesquisa de campo, na medida em que foram efetuadas entrevistas.

Acerca deste tipo de pesquisa, Lakatos e Marconi (1991, p. 186) afirmam que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Essa pesquisa utilizou-se também do método de estudo de caso como estratégia de pesquisa, podendo este ser definido como uma investigação empírica sobre um fenômeno dentro de seu próprio cenário. O estudo de caso permite analisar determinado fenômeno de maneira minuciosa, dentro de sua especificidade histórica e com suas particularidades características (YIN, 1994). A utilização do estudo de caso foi utilizada por se tratar de uma pesquisa sobre uma organização específica: o Armazém do Campo, pertencente ao MST.

Outro fator importante a ser considerado é a técnica de observação, que segundo Cervo e Bervian (1996, p. 24), é “[...] aplicar atentamente os sentidos a um objetivo para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”.

Para Richardson (1999, p. 259), a técnica de observação consiste em um “[...] exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas de suas partes; é a captação precisa do objeto examinado”.

Por sua vez, Marconi e Lakatos (2006, p. 88) relatam que “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”.

Sobre a supracitada técnica, esta foi utilizada durante o estudo do Armazém do Campo visando caracterizar a organização e identificar de que forma as ações realizadas pela mesma contribuem para o alcance do OBS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”.

Especificamente sobre a técnica de entrevista, Antônio (2011, p. 54) relata que a mesma é “uma interação social em que se efetuam comunicações orais ou escritas, configuradas como atos verbais de comunicação numa situação determinada, ou seja, é uma interação verbal não convencional, mas controlada”.

A mesma autora expõe ainda que a entrevista pode ser classificada em estruturada e não estruturada. A entrevista estruturada é aquela que apresenta questões previamente elaboradas, e a não estruturada consiste em uma conversa entre o entrevistado e o pesquisador que busca obter informações importantes para explicar seu problema de pesquisa (ANTÔNIO, 2011).

Já para Tosta (2015), há ainda uma terceira técnica que contém características das duas modalidades anteriores: a entrevista semiestruturada. Nela são elaboradas previamente algumas perguntas gerais e outras podem ser elaboradas durante a entrevista, objetivando o esclarecimento ou aprofundamento de alguma resposta. Esse tipo de entrevista foi a utilizada pelas acadêmicas com os dirigentes das lojas Armazém do Campo, tendo em vista que houve a elaboração de um roteiro prévio, porém, no decorrer da entrevista, nos casos em que houve necessidade de aprofundamento ou esclarecimento de alguma questão, foram elaborados questionamentos pelas acadêmicas no momento da entrevista.

3.2 SUJEITOS DE PESQUISA

Na sequência serão caracterizados os sujeitos dessa pesquisa, que são o Armazém do Campo e o MST, organização responsável por gerir o Armazém do Campo.

3.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O cenário para a criação do MST é o Brasil: quinto maior país do mundo em território, sexto em população, a décima segunda maior economia mundial, e o líder mundial de desigualdade no ano de 2020 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022; ELIAS, 2021). O Brasil também possui um dos maiores índices de concentração de terras do planeta. Enquanto os grandes produtores são 23% dos estabelecimentos produtores e controlam 77% da área agrícola total do país; a agricultura familiar compõe 77% dos estabelecimentos e ocupa somente 23% das áreas produtivas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Além da concentração de terras, o censo agropecuário também comprova concentração de renda. De 2006 a 2017, a receita total dos estabelecimentos da agricultura familiar cresceu 16%, enquanto nos demais estabelecimentos este crescimento foi de 69% (GUIMARÃES, 2019).

O MST surgiu como produto de uma reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, os quais promoveram ocupações nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década de 80. De maneira oficial, o MST foi fundado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, no Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 Estados (COMPARATO, 2001). Ele surgiu sob a égide da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade da Igreja Católica, como uma coalizão de grupos de camponeses envolvidos em lutas dispersas distribuídas ao longo do sul do Brasil (CARTER, 2006). Atualmente, o MST está organizado em 24 estados, contemplando as cinco regiões do Brasil e 450 mil famílias fazem parte do movimento (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2022).

Figura 4: Reunião de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra



Fonte: Fundação Perseu Abramo (2019).

Segundo Carter (2006) os principais objetivos no MST são fortalecer a sociedade civil por meio da organização e incorporação de setores marginalizados da população; demonstrar a importância do ativismo público como catalisador do desenvolvimento social; e gerar um sentimento de afirmação de ideais na sociedade, objetivando o processo de democratização do Brasil no longo prazo.

Figura 5: Logomarca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra



Fonte: Infoescola (2020).

As principais reivindicações do movimento são a reforma agrária popular e a concessão de crédito visando a produção de seus assentados. Contudo, outras bandeiras foram

sendo agregadas ao movimento conforme sua evolução e crescimento. Algumas delas são: acesso à educação, cultura e valorização dos saberes populares; combate à violência sexista; democratização dos meios de comunicação; melhoria da saúde pública; desenvolvimento da economia visando a melhoria das condições de vida da população; diversidade étnica; democracia popular participativa; soberania nacional popular (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2022).

O MST não é o primeiro movimento de luta pela terra do Brasil, porém, todos os movimentos anteriores permaneceram limitados à região em que surgiram, não alcançando o patamar nacional. Outra característica diferenciadora do MST é que o mesmo considera como seu principal opositor o governo federal, e não os grandes proprietários de terras, como ocorre em outros movimentos. Ao longo de sua trajetória, o MST tem se relacionado com o Estado de diferentes modos, alternando entre posições de confronto e de negociação; ora mais próximo, ora mais distante (COMPARATO, 2001).

Segundo Marques (2006), a trajetória do movimento, e sua relação com o Estado, pode ser dividida em três fases. A primeira corresponde ao período de reconstrução democrática do país, indo de meados dos anos 1980 ao início dos anos 1990. A reforma agrária é defendida como aspecto importante para a democratização da sociedade brasileira. É nesse período que os grandes proprietários de terras, recorrem mais à violência como forma de resposta ao movimento. Contudo, a constituição estabelece algumas inovações em favor do homem do campo como o preceito constitucional sobre função social da terra e a extensão da seguridade social ao meio rural.

A segunda fase tem início no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998). Nesse período, o MST ganha projeção internacional, pressiona fortemente o governo e alcança conquistas pontuais. É nesse período que o MST se firma como o principal interlocutor entre Estado e a população sem terra (MARQUES, 2006).

O Governo Lula (2003-2011) dá início à terceira fase do MST. Nessa época, representantes de movimentos sociais e organizações de apoio à luta pela terra são nomeados para cargos importantes no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Verifica-se um aumento na liberação de recursos para diferentes organizações relacionadas com a população sem terra e com os assentados, incluindo o MST, para o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, formação e assistência técnica (MARQUES, 2006).

Segundo Carter (2006), o MST não representa uma força de grande poder no cenário político do país, sendo uma organização de pessoas pobres, operando com recursos escassos e com muitos problemas de ações coletivas. Seu poder atual seria, grande parte, devido à sua superexposição pela mídia. Contudo, o MST, hoje, é o principal movimento popular da América Latina e uma das mais notáveis organizações camponesas do mundo. Suas ações expressivas e os pronunciamentos incisivos feitos por seus líderes tornam-no merecedor da atenção regular da imprensa (CARTER, 2006).

O MST conta fundamentalmente com voluntários. Não é uma organização burocrática, mesmo que através dos anos tenha aumentado o seu nível de profissionalismo. Hoje, o escritório nacional e os escritórios estaduais do MST têm empregados regulares, embora recebam salários baixos. Seus líderes são essencialmente de origem camponesa. Eles residem em geral em assentamentos rurais, vivem modestamente, e mantêm laços próximos com as suas bases (MARQUES, 2006).

O movimento tem colocado uma forte ênfase na educação de seus participantes. Nos dias atuais, o MST dirige uma rede de mais de 2.000 escolas frequentadas por mais de 200.000 crianças. Seus professores usam métodos pedagógicos inspirados em Paulo Freire e materiais de ensino desenvolvidos pela própria equipe de educadores do MST. Além disso, o MST estabeleceu um programa de alfabetização para adultos que já alfabetizou mais de 100.000 brasileiros. No início de 2005, o movimento inaugurou sua primeira universidade, a Escola Nacional Florestan Fernandes (MOREIRA, 2019; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019).

Presentemente, visando o incremento da qualidade de vida de seus participantes, o MST tem se dedicado a um novo ramo de atuação: a venda direta de produtos da reforma agrária diretamente ao consumidor. Essa nova iniciativa, denominada “Armazém do Campo”, será analisada na seção subsequente.

3.2.2 Armazém do Campo

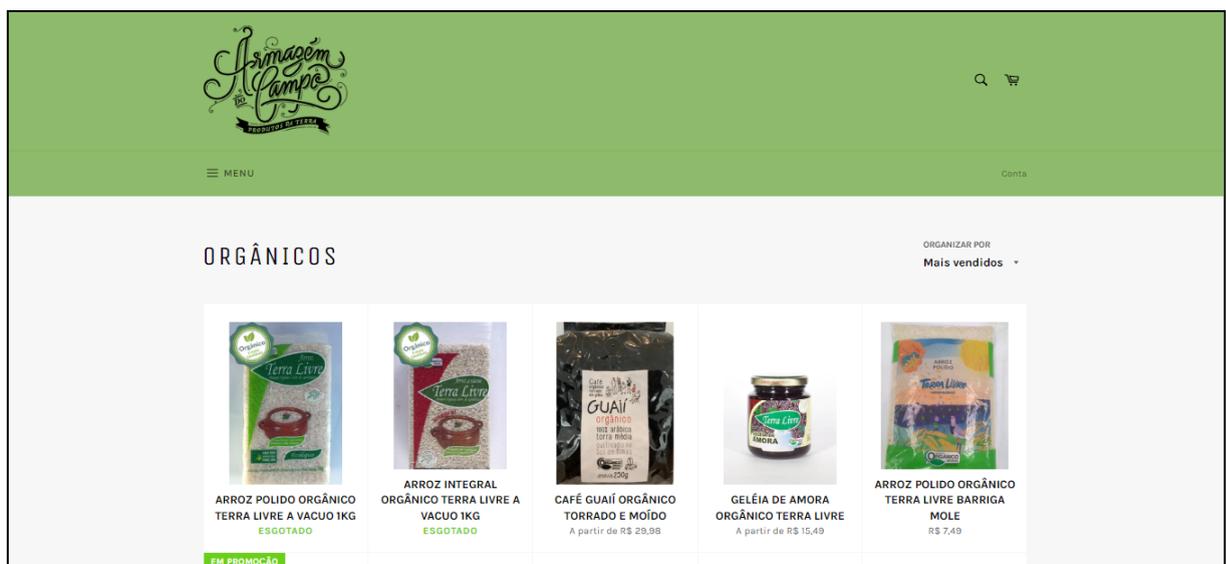
Vive-se atualmente uma era de constantes ciclos de crises do capitalismo e, em todo o mundo, diversos países se reestruturaram para tentar enfrentar suas dificuldades. Os movimentos sociais apresentam suas críticas e formas de resistência visando uma nova adequação a essas demandas.

Um exemplo de uma dessas iniciativas que buscam a inserção dos menos favorecidos no mercado é o Armazém do Campo, projeto implementado pelo MST fruto de ideias surgidas nas Feiras Nacionais da Reforma Agrária, em especial a Feira do Parque da Água Branca, em São Paulo. Sua primeira loja física foi inaugurada em 31 de junho de 2016, na cidade de São Paulo. Hoje a rede já conta com 34 pontos de comercialização espalhados por 13 estados brasileiros, sendo 18 deles com atendimentos via loja física, e os demais por meio virtual e *delivery* (FURTADO, 2021).

Seus produtos são oriundos de assentamentos, cultivados por agricultores familiares ou produzidos por organizações parceiras, que priorizam a produção orgânica e agroecológica. O Armazém recebe alimentos de cerca de 20 cooperativas do MST e também de produtores familiares não ligados ao movimento de várias regiões do país, além de organizações orgânicas parceiras de assentamentos e agricultores familiares (RIZZO; LEANDRO, 2017).

No *site* do Armazém do Campo é possível encomendar produtos avulsos, cestas agroecológicas, e encontrar o ponto de vendas mais próximo para quem quer apoiar a iniciativa. A expectativa é que nos próximos três anos mais 30 Armazéns do Campo abram as portas em diversas cidades do país, no interior e nas capitais e nos próximos 15 anos esse número chegue a mais de 1.000 lojas (FURTADO, 2021). Atualmente, a cadeia produtiva inclui 160 cooperativas e 190 associações, com 120 agroindústrias, de pequeno e médio porte (MARKO, 2021).

Figura 6: Página virtual da loja do Armazém do Campo de São Paulo



Fonte: Armazém do Campo (2022).

Além dos produtos, algumas das lojas oferecem também cafeterias e programas diferenciados para o público ter contato com o produtor com rodas de conversas e músicas ao vivo. Já em julho de 2017 foi lançada a primeira plataforma *online* para vendas do Armazém do Campo, expandindo ainda mais a abrangência do projeto (RIZZO; LEANDRO, 2017).

Figura 7: Espaço de convivência/lanchonete localizado dentro do Armazém do Campo de São Paulo



Fonte: Brasil de Fato (2018).

O Armazém do Campo, além de suas lojas, possui ainda uma estrutura para ajudar seus participantes a participar de licitações pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) onde a partir de 2009, com a Lei nº 11.947, 30% do valor foi direcionado à compra direta de produtos da agricultura familiar para merenda escolar. (RIZZO; LEANDRO, 2017).

Com essa iniciativa o Armazém do Campo desmistifica a ideia de que a agricultura orgânica é somente para pessoas de alto poder aquisitivo, tendo em vista que seus produtos possuem valores acessíveis. A justificativa para a rede possuir preços mais baratos vem do modo como os produtores familiares se organizam. Para os grandes produtores do agronegócio, plantar alimentos orgânicos torna-se caro, pois para essa modalidade de plantio é necessária muita mão de obra e a lógica de produção desses grandes é pautada em agrotóxicos e maquinários. Já para os produtores familiares ou assentados que trabalham em comunidade, baseados na economia solidária, isso não se torna um empecilho, pois possuem alta disponibilidade de mão de obra. Porém, para além da importância de comercializar seus produtos, o Armazém do Campo possui todo um histórico de luta envolvido. Por isso, a rede tem se tornado um espaço onde a comercialização dos alimentos busca ser equalizada a

preços justos tanto para quem consome quanto para quem produz, objetivando benefícios tanto à classe trabalhadora do campo quanto da cidade (FURTADO, 2021).

A ideia por trás do Armazém do Campo não é só ser uma rede de lojas para a comercialização de alimentos da agricultura familiar, mas um espaço de interação e acolhimento entre as pessoas que se identificam com o projeto, contendo um espaço para confraternização com dimensões culturais, como a música, o teatro, a literatura, a culinária, etc. Pensando nisso, as unidades do Armazém do Campo, em sua maioria, possuem livrarias, cafés, palcos para apresentações culturais, etc. Essa perspectiva corrobora com a ideia de que a alimentação não somente supre uma necessidade fisiológica, mas que também promove a integração social, e se constitui em um ato político e cultural (MARKO, 2021).

O foco principal das lojas Armazém Campo também não é obter vultosos lucros, mas fornecer meios dignos de subsistência a seus participantes, haja vista que a produção é comunitária e o preço das mercadorias oferecidas é baixo, pois os produtores familiares não colocam uma porcentagem de lucro tão alta quanto à de grandes lojas de alimentação (RIZZO; LEANDRO, 2017). Assim sendo, essa iniciativa constitui-se em uma estratégia de aproximação entre campo e cidade, viabilizando e auxiliando na comercialização da produção dos assentamentos e da agricultura familiar e disponibilizando à população urbana alimentação saudável produzida conforme os princípios agroecológicos: sem exploração de mão de obra, sem agrotóxicos, sem desmatamento e com preservação da biodiversidade, das fontes e das nascentes de água doce (BRUTSCHER, PRAIA; LIMA, 2021).

Além de cultivar comida de qualidade, no decorrer da pandemia, o MST tornou a solidariedade uma constante do Armazém, estabelecendo também ações de combate à fome. Até o final de 2021 o MST já tinha doado mais de 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos, por meio de campanhas de solidariedade em todo país. (FURTADO, 2021).

Segundo Bezerra e Cavicchioli (2021), foram muitos os efeitos benéficos da implementação do Armazém do Campo. Entre os mais diretos e visíveis estão o oferecimento de segurança alimentar por meio de produtos livres de agrotóxicos e transgênicos e o incentivo a agricultores familiares. No entanto, com o decorrer do tempo, outros efeitos foram notados como consequências secundárias do projeto como uma maior interação entre a população do campo e da cidade e o auxílio à desmistificação do preconceito com o MST, tendo em vista que este projeto demonstrou para população uma face desconhecida do MST: o da agricultura familiar e o compromisso com a alimentação de qualidade.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu no primeiro semestre de 2022, assim como todo o processamento e análise dos dados obtidos. Após o pré-teste realizado com um dos líderes do Armazém do Campo constatou-se que as perguntas atenderam aos objetivos almejados e que, em caso de desconhecimento do entrevistado acerca de algum tema ou termo, a explicação das entrevistadoras de forma diversa foi suficiente para sanar eventuais dúvidas.

Assim sendo, o roteiro da entrevista final apresentou 25 perguntas, sendo o primeiro bloco composto por nove perguntas fechadas com o objetivo de coletar informações sobre o perfil do entrevistado; e o segundo bloco por 16 perguntas abertas que abordaram o tema do trabalho em si: a relação entre o Armazém do Campo e o ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. Este roteiro encontra-se nos apêndices deste trabalho (APÊNDICE A).

Com o roteiro de entrevistas pronto, os representantes das 34 filiais do Armazém do Campo constantes no sítio oficial da organização (<https://armazemdocampo.com.br/>) foram convidados a participar desta pesquisa. Os contatos se deram primeiramente via telefone e nos casos em que não houve sucesso via chamada telefônica foram encaminhadas mensagens de texto via aplicativo “Whatsapp”. Somente os líderes (ou as pessoas por eles indicadas para lhes substituir) que responderam às mensagens ou que se dispuseram a realizar a pesquisa foram entrevistados. No total foram realizadas oito entrevistas com duas filiais do Estado do Paraná, nas cidades de Londrina e Ortigueira, duas filiais no Estado de Minas Gerais, nas cidades de Teófilo Otoni e Juiz de Fora, uma filial no Estado do Maranhão, na cidade de São Luís, uma filial no Estado de Pernambuco, na cidade de Recife, uma filial no Distrito Federal, na cidade de Brasília e com a gestão geral dos Armazéns do Campo, responsável pelo acompanhamento de todas as filiais.

Conforme mencionado, houve um roteiro que serviu de base para as entrevistas; porém, conforme a necessidade, foram feitas outras perguntas e esclarecimentos aos entrevistados que não estavam previstos no roteiro inicial; assim como os próprios entrevistados entraram em assuntos não previstos no roteiro. As entrevistas com as lideranças do Armazém do Campo ocorreram entre os dias 31/05/2022 e 16/06/2022. Por se tratarem de lojas do Armazém do Campo espalhadas por todo o país, as entrevistas foram feitas de maneira virtual por meio do aplicativo “Google Meet” e foram gravadas por meio de vídeo pelo próprio aplicativo Google Meet ou com o auxílio do aplicativo “OBS Studio”.

Quanto à identidade dos entrevistados, Gibbs (2009) relata que é de primordial importância a garantia de anonimato dos sujeitos da pesquisa, assim como o conhecimento da utilização e destino dos dados fornecidos. Assim sendo, as pesquisadoras propuseram-se a assegurar o anonimato dos participantes do trabalho mediante um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (APÊNDICE B), que deixa claro o interesse dos pesquisadores somente pelos temas da pesquisa e não em aspectos individuais ou pessoais dos entrevistados. Neste mesmo termo os entrevistados também declararam estar de acordo com a filmagem das entrevistas para consulta exclusiva das pesquisadoras.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme já citado, o ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável” é composto por oito metas. Visando a adaptação dessas metas ao contexto do Armazém do Campo e buscando maior facilidade de análise acerca do item, essas oito metas foram transformadas em dez categorias de análise, conforme seguem:

- a) erradicação da fome;
- b) alimentação segura e nutritiva;
- c) aumento da produtividade agrícola;
- d) renda de produtores familiares¹;
- e) acesso a recursos produtivos;
- f) agregação de valor ao produto;
- g) sistemas sustentáveis de produção;
- h) manutenção da diversidade genética;
- i) investimento em infraestrutura e pesquisa;
- j) comércio justo.

Conforme Marconi e Lakatos (2004), a abordagem de uma pesquisa pode ser classificada em quantitativa ou qualitativa. A pesquisa qualitativa tem por objetivo analisar e interpretar aspectos profundos e detalhados, não mensuráveis. Nesta abordagem há uma análise mais particular, sendo recomendada para estudos voltados a grupos sociais ou indivíduos (MARCONI; LAKATOS, 2004).

¹Houve a substituição do termo “pequenos produtores”, apresentado na ODS, por “produtores familiares”, pois quando trata-se de agricultura familiar somente a partir do tamanho da escala produtiva, deixa-se para trás outros aspectos essenciais como modo de vida, de produção, dentre outros.

Complementando as ideias de Marconi e Lakatos, Raupp e Beuren (2004, p. 92) relatam que a pesquisa qualitativa é aquela em que “[...] concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

Já a pesquisa quantitativa se preocupa com a representatividade numérica e utiliza-se de medição objetiva e quantificação. Neste tipo de pesquisa há o uso de dados estatísticos na coleta e análise de dados que tem por finalidade medir as relações entre variáveis (ZANELLA, 2009).

Assim sendo, pode-se perceber que a análise dos dados desta pesquisa foi efetuada de maneira qualitativa, pois coletaram-se informações que não servem apenas para mensurar um tema, mas descrevê-lo, usando impressões, opiniões e pontos de vista.

A análise de dados, segundo Gil (1999), tem como objetivo organizar os dados de maneira que possibilitem respostas ao problema proposto para investigação. Especificamente em relação à análise qualitativa, André (1983) revela que esse tipo de análise de dados visa a compreensão do caráter multidimensional dos fenômenos, auxiliando o pesquisador na percepção e ligação dessas novas informações a conhecimentos já adquiridos pelo mesmo.

Já Andrade (2003), relata que a análise de dados confere significados aos dados coletados, desde que a mesma ocorra conforme as técnicas de segmentação de textos, as quais podem ser divididas em: análise textual, análise temática e análise interpretativa. Sobre a análise interpretativa, o mesmo autor relata que esta é o ato de relacionar a ideia do pesquisador e do sujeito investigado a partir da apreensão do conteúdo descrito frente a uma área de conhecimento, identificando argumentos comuns às partes envolvidas. Assim sendo, a análise das entrevistas efetuadas com os dirigentes do Armazém do Campo se utiliza dessa técnica de análise.

Considerada como uma pré-análise, a transcrição de uma entrevista é pertencente à etapa de interpretação dos dados de uma pesquisa. Além da simples transformação de informações orais em materiais escritos, esse processo permite uma segunda oitiva por parte dos pesquisadores, na qual podem surgir novas impressões e hipóteses impensadas anteriormente (MANZINI, 2008). A transcrição completa das gravações das entrevistas foi efetuada com o auxílio da ferramenta “Google Docs”.

Na sequência, serão apresentados os resultados da pesquisa, abrangendo as entrevistas, assim como a análise deste conteúdo e sua interligação aos objetivos almejados no trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentadas as análises das informações obtidas nas entrevistas. Inicialmente foi efetuada a descrição do perfil dos entrevistados e, na sequência, as respostas concedidas foram divididas conforme categorias identificadas nas Metas do Desenvolvimento Sustentável presentes no ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”.

Nos depoimentos, os entrevistados revelam sua percepção sobre Desenvolvimento Sustentável, seu nível de conhecimento em relação ao ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, assim como a sua interpretação sobre a relação entre esse ODS e as ações organizacionais mantidas pelo Armazém do Campo.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Na sequência será feita a caracterização dos entrevistados conforme sexo, idade, nível de escolaridade, tempo no cargo atual, experiência profissional total, assim como o ano em que foi inaugurado o Armazém do Campo onde atuam. Segue quadro com resumo destes dados:

Quadro 2: Caracterização dos Entrevistados

Entrevistado	Idade	Nível de Escolaridade	Cargo	Local de Residência	Tempo no Cargo Atual	Experiência Profissional Total
Entrevistado A	40 anos	Pós-Graduação Completa	Coordenador	Novo Cruzeiro/MG	1 ano	20 anos
Entrevistado B	42 anos	Ensino Técnico Completo	Auxiliar	Assentamento Dênis Gonçalves/MG	5 anos	35 anos
Entrevistado C	47 anos	Pós-Graduação Completa	Gestor	São Luís/MA	7 anos	25 anos
Entrevistado D	55 anos	Mestrado Completo	Coordenador	Itinerante	3 anos	35 anos
Entrevistado E	35 anos	Ensino Superior Completo	Gestor	Belo Horizonte/MG	2 anos	9 anos
Entrevistado F	32 anos	Pós-Graduação Incompleta	Coordenador	Distrito Federal	1 ano	8 anos
Entrevistado G	38 anos	Pós-Graduação Incompleta	Coordenador	Centenário do Sul/PR	11 meses	20 anos
Entrevistado H	22 anos	Ensino Técnico Completo	Auxiliar de Escritório	Vila Godoi/PR	3 anos	3 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

4.1.1 Quanto ao sexo

Obteve-se quatro respondentes do sexo feminino, representando 50% do total, e quatro respondentes do sexo masculino, representando os outros 50%. Com isso, pode-se perceber que houve uma equidade com relação ao sexo dos entrevistados, o que confere maior diversidade na pesquisa.

4.1.2 Quanto à idade

É possível perceber um equilíbrio na faixa etária dos entrevistados. Um entrevistado possui 22 anos; três entrevistados estão na faixa de 30 a 39 anos; outros três entrevistados estão na faixa de 40 a 49 anos e um entrevistado possui 55 anos. Fato que, mais uma vez, confere pontos de vista variados à pesquisa.

4.1.3 Quanto ao nível de escolaridade

Sobre o nível de escolaridade dos respondentes, dois possuem ensino técnico completo, um ensino superior completo, um pós-graduação incompleta, três pós-graduação completa e um mestrado completo. Esse cenário comprova que os dirigentes entrevistados, ou pessoas indicadas pelos mesmos para responder à pesquisa, possuem um bom nível de instrução.

4.1.4 Quanto ao tempo no cargo atual

Dois entrevistados apresentaram um ano de cargo e dois possuem dois anos de cargo atual. Outros dois possuem três anos no cargo que ocupam atualmente. Somando-se todos esses entrevistados, tem-se o valor de 75% dos pesquisados, o que mostra que a maioria dos entrevistados está há pouco tempo no cargo atual. Os outros dois entrevistados estão há cinco e sete anos no cargo, respectivamente. O tempo maior de cargo do que o tempo de existência da unidade do Armazém do Campo que coordena deste último entrevistado se deve ao fato de o mesmo já exercer esse mesmo cargo ainda dentro no MST, tendo em vista que este entrevistado foi um dos mentores do “Projeto Armazém do Campo”.

4.1.5 Quanto ao tempo de experiência profissional total

Sobre o tempo de experiência profissional total, um entrevistado possui três anos, e outros dois possuem oito e nove anos, respectivamente. Já os demais entrevistados possuem mais de 20 anos de experiência profissional total. Dado esse que demonstra que os gestores do Armazém do Campo, predominantemente, são pessoas bastante experientes profissionalmente.

4.1.6 Ano de inauguração da filial do Armazém do Campo

As filiais são recentes, foram abertas há poucos anos. Duas filiais foram inauguradas no ano de 2017, outras duas filiais foram inauguradas no ano de 2019 e quatro filiais foram inauguradas em 2021. Interessante observar que após o início da pandemia da Covid-19, corresponde ao período em que foram abertas a maior parte das filiais consultadas.

Na sequência foram abordados os conhecimentos dos entrevistados sobre os assuntos específicos da pesquisa: Desenvolvimento Sustentável, ODSs, Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 2 da ONU (“Fome Zero e Agricultura Sustentável”).

4.2 CONHECIMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A primeira questão específica do roteiro programado previamente foi com relação ao conceito e conhecimento do entrevistado sobre desenvolvimento sustentável. Como a questão era relacionada à percepção individual de cada entrevistado (“Na sua percepção, o que é Desenvolvimento Sustentável?”), cada um deles apresentou o conceito de forma diferente, porém, todos os entrevistados, de algum modo, relataram a complexidade que envolve o tema e a dificuldade em se descrever em poucas palavras um conceito tão amplo.

O entrevistado “A” apresenta uma visão de Desenvolvimento Sustentável parecida com as dos autores citados anteriormente na revisão de literatura. Para ele, esse tipo de desenvolvimento é aquele que “[...] permite a continuidade da sociedade como a gente vive, né em nosso planeta, ao longo do tempo, focando, né, sempre a questão social, econômica, ambiental [...]”.

Assim pode-se perceber que o desenvolvimento sustentável, para esse entrevistado, passa pela questão abordada na maioria dos conceitos tomados como base atualmente, que perpassa a questão de se utilizar os recursos pensando em um futuro onde outras pessoas se utilizarão dos mesmos recursos. Nesse mesmo tópico o entrevistado “A” cita o tripé da sustentabilidade (*triple bottom line*), constantemente mencionado pelos mais variados autores da área. O entrevistado “G” também citou o tripé da sustentabilidade, conforme nota-se em sua fala: “a gente entende que é... são... é a nossa capacidade de criar relações que permitam um desenvolvimento econômico, social, humano, e equilíbrio em si entre essas coisas e também com o meio ambiente, com as outras formas de vida.”.

Outro entrevistado que cita a importância da manutenção dos recursos para o tempo futuro é o entrevistado “C” por meio da fala onde relata a importância do cuidado com o meio ambiente para que os futuros agricultores possam do mesmo usufruir: “[...] [valorização] do solo, garantir que eles [agricultores familiares] possam se manter no espaço, inclusive para as próximas gerações [...]”.

Em sua maioria, os entrevistados fizeram algum tipo de ligação entre sustentabilidade e meio ambiente, sempre com a percepção de que o mesmo precisa ser

respeitado. O entrevistado “D” fala da relação que deve existir entre a sociedade e os recursos naturais da seguinte forma: “[...] desenvolvimento sustentável é uma prática que pode juntar a perspectiva do respeito e da convivência com a terra [...] e não temos com a terra a perspectiva de exploração.” Sobre o mesmo tema o entrevistado “B” exprime que o desenvolvimento sustentável: “é um desenvolvimento em que se auto sustenta sem prejudicar o meio ambiente”.

Somente o entrevistado “E” relata que não faz ideia do que seja o Desenvolvimento Sustentável, mesmo assim arrisca um palpite que o mesmo tenha a ver com “crescimento econômico” e “distribuição de renda”, resposta que tende mais à visão de Desenvolvimento Sustentável pelos vieses econômico e social. O mesmo ocorre com o entrevistado “C” que foca sua resposta nas visões social e econômica do Desenvolvimento Sustentável, conforme pode verificar-se na citação a seguir “[...] a questão está na ideia de desenvolvimento [...] acesso às políticas públicas, capacidade de respostas produtivas, obviamente, resposta a geração de rendas, serviços importantes [...]”.

O entrevistado “F” relata a grande dificuldade de se conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, também citando o tripé da sustentabilidade:

Desafio grande, a minha percepção, é a dificuldade em conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, vendo o modelo global de desenvolvimento, [...] a minha percepção, na verdade, é uma dificuldade de conciliar desenvolvimento com sustentabilidade, porque, principalmente assim, vendo um modelo global de desenvolvimento que preza o crescimento econômico, que preza padrões que a gente não pode alcançar [...]. É quase uma contradição. Enquanto a sustentabilidade visa uma busca pelo equilíbrio, tanto social, quanto ambiental e econômico.

E conclui relatando que, para ele “[...] Desenvolvimento Sustentável seria rever toda a forma que a gente tem de visão de mundo, de visão de necessidades, tanto pessoais, quanto ambientais, quanto sociais.” Cabe salientar que este é um pensamento que vai ao encontro dos discursos de Layrargues (1997) já citados anteriormente na revisão de literatura, que liga esta maneira de pensar mais ao “Ecodesenvolvimento”, onde deve-se rever todo o processo de produção e consumo, tanto dos mais pobres como dos mais ricos.

Por fim, o entrevistado “H” não especifica o conceito de Desenvolvimento Sustentável em si, mas faz uma analogia do mesmo à ideologia do Armazém do Campo, associando-o à ações específicas como o não uso de agrotóxicos, venda de produtos orgânicos e o cuidado com embalagens que poluam menos o meio ambiente.

Com relação ao conhecimento específico dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), três dos entrevistados declararam não conhecê-los (entrevistados “B”, “D”, “E”). Os entrevistados “A”, “G” e “H” afirmaram conhecer, mas não se lembrarem no momento da entrevista para poder citar alguns exemplos. O entrevistado “C” afirmou ter pouco conhecimento e não se lembrar. Somente o entrevistado “F” disse conhecer e citou aspectos que os ODSs buscam abordar como: questões de gênero, fome, apoio à agricultura, água, energia, cidades sustentáveis e comércio. Isso, provavelmente, deve-se ao fato de esse entrevistado estar cursando uma pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável no momento.

No caso de desconhecimento dos entrevistados acerca do tema, foi discorrido aos mesmos quais seriam os 17 ODSs para que se pudesse, na sequência, efetuar-se a seguinte pergunta: “Você considera esses objetivos aplicáveis ao Armazém do Campo?”

Dentre os entrevistados, cinco deles (“A”, “E”, “F”, “G” e “H”) afirmaram que sim, os ODSs seriam aplicáveis ao Armazém do Campo. O entrevistado “E” relata que o Armazém do Campo, mesmo sem ter esse intuito definido, já possui ações que acabam por abarcar todos os ODSs. Segundo o mesmo entrevistado, algumas das ações praticadas pelo Armazém do Campo que se enquadram nas ações propostas pelos ODSs se relacionam ao combate à pobreza, desigualdade na distribuição de terras, desigualdade de gênero, desigualdade social e a busca pela qualidade de vida no campo. Já o entrevistado “H” cita outras ações praticadas pela organização como a venda abaixo do preço do mercado, compra de produtores rurais familiares e a venda de produtos sem agrotóxicos como sendo atos que vão ao encontro dos ODSs.

O entrevistado “F”, por sua vez, considera que os ODSs e suas metas são aplicáveis ao Armazém do Campo, tornando-se de mais fácil aplicabilidade se pensados no âmbito local.

Por fim, o entrevistado “G” cita que tanto os ODSs, quanto às práticas adotadas pelo Armazém do Campo buscam uma maior racionalidade na lógica de produção, comércio, consumo, achando, dessa forma, que os ODSs acabam por se adequar às metas do Armazém do Campo.

O entrevistado “D”, apresenta dúvidas em afirmar que os ODSs têm aplicabilidade ao Armazém do Campo, no entanto, quando lidos os ODSs para o mesmo, o entrevistado relata que vê relação entre os ODSs e as ações do Armazém do Campo, destacando a valorização da Agroecologia como um deles.

O entrevistado “C” também optou por não afirmar que os ODSs têm aplicação ao Armazém do Campo, mas ressaltou que o MST, entidade ao qual o Armazém do Campo é ligado, já possui seus “10 mandamentos” que incluem cuidar da terra e da natureza, o estímulo à Agroecologia, reforma agrária, processos saudáveis de produção, economia justa, cumprindo a função de “produzir alimentos” à sociedade a preços acessíveis.

O entrevistado “B” foi o único a declarar que desconhece se há essa aplicabilidade.

4.3 ERRADICAÇÃO DA FOME

Segundo um relatório conjunto da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) erradicar a fome até 2030 será um ODS difícil de cumprir, especialmente por conta da pandemia, pois a mesma dificultou a produção e distribuição de alimentos em âmbito mundial (G1, 2021).

Nesse sentido, perguntou-se aos entrevistados membros do Armazém do Campo, se a rede de lojas atua, de alguma forma ou com alguma atividade, para a erradicação da fome, objetivo nº 2 da ONU. Seis entrevistados responderam que sim. Três deles (entrevistados “D”, “E” e “F”) destacaram a ação de distribuição de marmitas e cestas básicas a pessoas necessitadas como uma das ações efetuadas pela organização. Sobre isso, o entrevistado “D” relata que:

Aqui no Armazém a gente já distribuiu para essa população mais de um milhão de marmitas [...] Nesse momento que estamos falando aqui, lá embaixo, no piso abaixo de onde eu estou, a cozinha está confeccionando marmitas que vão sair para distribuir com a população em situação de rua.

Ainda sobre essa questão, o mesmo entrevistado relatou que o Armazém do Campo de Recife apoia, juntamente com o projeto “Mão Solidária”, sete cozinhas comunitárias. Além disso, o modo como atuam indiretamente no combate à fome é diminuindo a precariedade das populações rurais, dando um destino justo e certo à produção que vem de lá, gerando renda à essa população. O entrevistado “D” ainda destaca a parceria do Armazém do Campo com igrejas, sindicatos e outras organizações para a diminuição da incidência da fome na população de rua. O mesmo termina opinando que o motivo dessa fome e das mortes por conta das chuvas no Recife no mês de junho de 2022 se deve à falta de políticas públicas para a população carente das periferias e dos morros. Essa visão, vai ao encontro da dimensão

Institucional do Desenvolvimento Sustentável citada pela Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (1993), anteriormente, que considera as legislações e os governos parte importante do Desenvolvimento Sustentável.

O entrevistado “F” relata que, enquanto loja do MST, o Armazém do Campo tem o papel de cumprir com os objetivos do movimento e uma das bandeiras no movimento é a solidariedade. Portanto, essas práticas de distribuição de alimentos, segundo o mesmo, é um modo de fortalecer a solidariedade.

De uma maneira mais ampla, o entrevistado “G” cita que a tarefa do Armazém do Campo é alimentar toda a população com alimentos saudáveis e de qualidade, defendendo a permanência da população no campo e destacando que a filial de Belo Horizonte fez a entrega de cestas básicas para muitas pessoas. De maneira análoga, o entrevistado “G” explana que o oferecimento de produtos que não contenham agrotóxicos, o estímulo e geração de renda, juntamente com a doação de alimentos ajudam na tarefa da erradicação da fome incluída nos ODSs.

Os entrevistados “C” e “H” não responderam nem afirmativamente nem negativamente ao questionamento. O entrevistado “H” dá o exemplo da “Feira do Bem” como uma forma de o Armazém do Campo auxiliar na erradicação da fome e o entrevistado “C” afirma que isso seria uma “pretensão incrível”, porém, ainda não realizada.

Já o entrevistado “A” cita uma ação específica que o Armazém do Campo da unidade de Novo Cruzeiro está desenvolvendo o “Roçado Solidário” que tem por objetivo auxiliar pessoas carentes da região.

O entrevistado “B” é o único que acredita que o Armazém do Campo não possui essa função por se tratar apenas de um ponto de comercialização. Contudo, o mesmo expõe que o MST cumpre essa função por meio de trabalhos sociais onde se leva comida saudável à população com fome e que, no momento, estão planejando um projeto denominado “Plantio Solidário” que tem esse intuito. Nota-se aí, a forte divisão que este entrevistado faz entre as entidades e ações do Armazém do Campo e do MST.

4.4 ALIMENTAÇÃO SEGURA E NUTRITIVA

Muitos fatores, incluindo os de natureza física, econômica, política, cultural ou social, podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação das pessoas em determinado local. Morar em localidades onde há feiras e mercados que comercializam frutas,

verduras e legumes de boa qualidade pode propiciar uma maior facilidade na adoção de padrões saudáveis de alimentação, por exemplo. Por sua vez, outros fatores podem dificultar a adoção desses padrões, como o custo mais elevado dos alimentos pouco processados diante dos ultraprocessados, exposição intensa à publicidade de alimentos não saudáveis, dentre outros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

A alimentação se refere não só à ingestão de nutrientes, mas também aos alimentos que contêm e fornecem esses nutrientes, como os alimentos são combinados entre si e preparados, modo de produção desses alimentos e as dimensões culturais e sociais das práticas alimentares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Com relação à alimentação fornecida pelo Armazém do Campo, todos os entrevistados afirmaram categoricamente que o Armazém do Campo fornece alimentação saudável e nutritiva às pessoas.

Metade dos entrevistados (“A”, “B”, “D”, “F”) alega que isso se deve ao fato de que os alimentos fornecidos pelo Armazém do Campo são agroecológicos. Os entrevistados “E”, “G” e “H” mencionaram o oferecimento de alimentos “não transgênicos”, “orgânicos”, “sem agrotóxicos” pelo Armazém do Campo como o motivo de considerarem os alimentos fornecidos pela organização saudáveis e nutritivos. Já o entrevistado “C” mencionou tanto os alimentos “orgânicos” quanto os “não transgênicos” em seu depoimento sobre a alimentação fornecida pelo Armazém do Campo.

Os entrevistados mencionam que, por vezes, na falta de alguns produtos, acabam por oferecer produtos não orgânicos nas lojas do Armazém do Campo, porém, é uma política da rede não oferecer de forma alguma alimentos transgênicos. A opção é sempre por vender o alimento mais saudável possível.

Sobre essa questão o entrevistado “D” relata que o Armazém do Campo possui essa postura pois, em sua visão, “alimentar-se é um ato político” e na sequência cita:

Quando a gente trata o alimentar como um ato político, nós estamos dizendo que a superação da fome, ela passa pela justa aquisição dos produtos, mas também por um enfrentamento do agronegócio, a partir da não utilização de agrotóxicos no campo, o que, conseqüentemente, desemboca em um produto limpo. [...] E, de fato, alimentar-se de vida e não alimentar-se de morte.

Este último entrevistado deixa claro o envolvimento do Armazém do Campo às causas apoiadas pelo MST, retratando que, para si, essas duas entidades estão intensamente relacionadas, ao contrário do entrevistado “B” que faz uma divisão clara entre Armazém do Campo e MST, conforme já mencionado.

4.5 AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

Segundo Almeida, Perobelli e Ferreira (2008) produtividade agrícola é a relação entre a produção rural e os insumos utilizados no processo específico de agricultura. Assim, pode-se definir a produtividade agrícola como um indicador que mede a proporção de produtos agrícolas para os insumos que foram investidos (ALMEIDA; PEROBELLI; FERREIRA, 2008).

Já Moreira (2015), apresenta o termo de maneira um pouco diferenciada, evidenciando a comparação entre produtividade e produção. Para o mesmo, a produção é uma medida de resultado tratando-se, basicamente, do volume de bens produzidos; enquanto que produtividade é uma medida ligada ao desempenho ligando-se mais a aspectos como velocidade, eficiência, qualidade e controle.

Na pergunta relacionada à produtividade agrícola (“Você considera que o Armazém do Campo desenvolve ações para o aumento da produtividade agrícola?”) todos os entrevistados afirmaram que sim, o Armazém do Campo auxilia no aumento da produtividade agrícola.

Os entrevistados “F” e “D” destacaram o foco do aumento da produtividade especificamente na agricultura familiar, tendo em vista que esse é o público participante do Armazém do Campo e o foco de suas atividades. Adicionalmente, o entrevistado “E” destaca que o Armazém do Campo preocupa-se não somente com a quantidade dos produtos oferecidos, mas também com a qualidade dos mesmos.

Tanto o entrevistado “E” quanto o “F” destacam que esse aumento da produtividade é baseado também no retorno dado pelos clientes, pois são eles, por meio de seus *feedbacks*, que avaliam quais produtos desejam em maior quantidade, variedade ou qualidade e vão “balizando” a produção. Cabe ainda um destaque para outro aspecto citado pelo entrevistado “F” que cita que o Armazém do Campo seria uma “segurança” para os agricultores familiares, pois antes os mesmos possuíam receio de aumentar sua produção e não encontrarem local para venda.

4.6 RENDA DE PRODUTORES FAMILIARES

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), a agricultura familiar

[...] é constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Na agricultura familiar a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado.

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. Conforme essa lei, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Esse aspecto é abordado pela meta 2.3 do ODS nº 2: “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, tema deste trabalho: “[...] até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos [...]” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 22).

Conforme já citado anteriormente, optou-se neste estudo pelo termo “produtores familiares” ao invés da nomenclatura “pequenos produtores”, apresentada na ODS, como forma de ampliar o debate, tendo em vista que o primeiro refere-se somente ao tamanho de um empreendimento, e o segundo a toda uma forma de produção e organização particulares.

Segundo Interativa (2021) um pequeno produtor é aquele que obtém renda bruta anual de até 500 mil reais e que, simultaneamente, possui imóvel rural com até quatro Módulos Fiscais. Já para ser classificado como agricultor familiar, o produtor rural obrigatoriamente precisa ser classificado como Pequeno Produtor, além de mais de 50% da renda bruta da família ser proveniente da atividade rural, deve residir na propriedade ou próximo dela, e a maior parte da mão de obra utilizada nos trabalhos deve ser da própria família.

Os produtores familiares são os principais participantes do Armazém do Campo. São eles que compõem, em sua grande maioria, a rede de parceiros e cooperados do projeto.

Quando perguntados se o Armazém do Campo contribui de alguma forma no incremento da renda dos produtores familiares, com exceção do entrevistado “E” que não responde de maneira clara à pergunta, todos os outros entrevistados consideram que o Armazém do Campo gera um incremento na renda dos agricultores familiares participantes.

O entrevistado “C” destaca que produzir já é algo costumeiro para os agricultores familiares parceiros da organização, contudo, vender ainda é algo desafiador para os mesmos. Assim sendo, o Armazém do Campo vem como forma de fazer essa intermediação entre produtor x cliente, auxiliando os produtores familiares a venderem e, assim, aumentarem sua renda. O entrevistado “G” também destaca a importância do Armazém do Campo como intermediador entre as cooperativas participantes do projeto.

Já o entrevistado “F” narra que, pelo fato de a unidade do Distrito Federal ainda não ter loja física, efetuando somente vendas pela *internet* e por meio de uma pequena banca, este aumento da renda ainda concentra-se somente em períodos sazonais, principalmente no Natal com a vendas das cestas de Natal formuladas especialmente para esta data.

O entrevistado “A” salienta que esse incremento da renda se deve à viabilização de comercialização de um produto que obtém mais valor por meio do Armazém do Campo, assunto que será melhor detalhado em tópico posterior.

4.7 ACESSO A RECURSOS PRODUTIVOS

Os recursos produtivos, ou fatores de produção, são elementos utilizados nos processos produtivos de todos os tipos de bens necessários à sobrevivência. Em termos gerais, os principais recursos produtivos são: trabalho, terra, matéria-prima, capital e capacidade de produção (DUARTE; ALVES, 2016).

Especificamente com relação à agricultura brasileira, terra, trabalho e tecnologia são os fatores de produção determinantes, sendo que esses fatores podem ser de existência física ou não física. Dentre os fatores de existência física, podem-se citar a terra, os trabalhadores e certos tipos de tecnologias, como maquinários agrícolas, defensivos, sementes, fertilizantes, etc. Já como fator de existência não física, tem-se o conhecimento (DUARTE; ALVES, 2016).

Quando perguntados se o Armazém do Campo melhorou o acesso dos produtores familiares a recursos produtivos, quatro dos entrevistados (“A”, “B”, “F” e “G”) mencionaram que não. Para os entrevistados “G” e “F” isso se deve ao fato de o projeto “Armazém do Campo” ser relativamente recente, não dispondo ainda de estrutura suficiente para atingir esse aspecto da produção. Já os entrevistados “A” e “B” atribuem o fato de o Armazém do Campo não contribuir com a melhoria do acesso aos recursos produtivos por considerarem, respectivamente, que o Armazém do Campo não está ligado à essa questão e pela falta de acesso à esse aspecto que fica mais restrito à organização interna dos assentamentos.

Entretanto, os entrevistados “C”, “D” e “H” consideram que sim, que o Armazém do Campo contribui para o acesso dos agricultores familiares aos recursos produtivos. O entrevistado “H” relata que o sistema de cooperativas, do qual o Armazém do Campo faz parte, fornece mudas e planejamento de plantio aos produtores familiares; enquanto o entrevistado “C” atribui esse acesso ao processo natural de demanda x oferta do mercado, na medida em que o Armazém do Campo promove maiores vendas desses agricultores familiares e estes acabam por ter mais renda para investimentos em recursos produtivos.

Já o entrevistado “E” considera que o Armazém do Campo contribui parcialmente para a melhoria do acesso aos recursos produtivos, na medida em que o projeto atua na criação de uma malha logística entre cooperativas que acabam por se ajudarem nesse aspecto.

Com isso pode-se notar que os entrevistados que responderam que o Armazém do Campo não contribui para o acesso dos agricultores familiares aos recursos produtivos faz uma separação entre “Armazém do Campo” e “MST”, enquanto os que consideram que o Armazém do Campo contribui para esse acesso consideram o Armazém do Campo, MST e as cooperativas que deles fazem parte como uma só organização com um objetivo comum.

4.8 AGREGAÇÃO DE VALOR AO PRODUTO

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2022, p. 1), valor agregado é “o reconhecimento do benefício alcançado pelo cliente, em comparação com os recursos empregados para realizar uma atividade ou ainda o incremento de facilidade para atender uma necessidade ou resolver um problema”.

Com relação ao questionamento “Você considera que o Armazém do Campo agrega valor aos produtos comercializados?”, somente o entrevistado “B” respondeu negativamente, afirmando que o Armazém do Campo seria “[...] mais um espaço voltado para o lazer e o entretenimento”. Assim, esse entrevistado ateve-se mais às lanchonetes e bares presentes em algumas unidades do Armazém do Campo, assim como as atividades desenvolvidas neste ambiente, como *shows*, rodas de conversa, saraus, dentre outros.

O restante dos entrevistados considera que sim, o Armazém do Campo agrega valor aos produtos que comercializa. Os entrevistados “C” e “F” consideram que a qualidade dos produtos oferecidos pelo Armazém do Campo já se constituiria em agregação de valor. Por sua vez, o entrevistado “H” acredita que o oferecimento de produtos que não se encontram em outros locais faz com que o Armazém do Campo tenha um diferencial com relação à sua

concorrência. Compartilha do mesmo pensamento o entrevistado “A” que crê que os produtos livres de agrotóxicos e transgênicos comercializados pela rede diferenciam-na no mercado e agrega valor a estes produtos.

O entrevistado “D” acredita que o beneficiamento dos produtos *in natura* efetuados pelo Armazém do Campo se constitua na agregação de valor questionada, conforme pode-se observar no trecho de sua fala “um fruta que chega em forma de geléia, em forma de suco, em forma de doce, em forma de chips, ela vai agregando valor.”

Outro ponto a ser destacado é a resposta do entrevistado “G” que cita o próprio processo diferenciado de produção dos produtos como uma agregação de valor para o mesmo. Para esse entrevistado, a proposta da Agroecologia e suas relações de trabalho agregariam valor aos produtos comercializados, conforme sua fala: “[...] essa cara do produto agroecológico, as pessoas se identificam com a proposta, com as relações de trabalho, é muito mais do que uma mercadoria em si, é o propósito”. Destacando mais uma vez o caráter social e político da rede de lojas.

4.9 SISTEMAS SUSTENTÁVEIS DE PRODUÇÃO

Segundo Borges (2015), um sistema de produção é considerado sustentável quando todas as suas etapas atendem a processos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente adequados.

Na percepção de grande parte dos entrevistados o Armazém do Campo adota sistemas sustentáveis de produção. Os entrevistados “C”, “F” e “H” acreditam que esse fato se demonstra nos produtos que são ofertados pelo Armazém do Campo, por serem eles, em sua maioria, sem agrotóxicos, não transgênicos, orgânicos, alimentos com pouco processamento e por serem produtos produzidos sob a ótica da Agroecologia.

Vale destacar um comentário efetuado pelo entrevistado “A”, em sua fala o mesmo cita que o Armazém do Campo “[...] busca trabalhar com as famílias essa questão da sustentabilidade, buscando alternativas. [...] No processo de beneficiamento, muitos lixos são queimados, vamos dialogar com as prefeituras para que [ao invés disso] possam ter uma coleta”.

O entrevistado “G” também acredita que o Armazém do Campo adota sistemas sustentáveis de produção, justificando o fato pela seguinte fala:

Sim, a gente estimula, né? O propósito do Armazém é trazer comida da reforma agrária, mas ele é fortemente estimulado como uma linha política, esse estímulo à Agroecologia, cultura orgânica, então ele tem um debate muito forte em relação a isso, né, a gente quer fortalecer tudo que venha da agricultura familiar, da cultura camponesa, agroecológica e orgânica, e combater produtos de agroindustrialização, vendemos produtos livres de transgênicos e agrotóxicos.

O entrevistado “D” novamente não respondeu de maneira direta, mas usou a luta contra o uso de transgênicos como exemplo para demonstrar que o Armazém do Campo se preocupa com o meio ambiente e com seus consumidores. Mesmo caso do entrevistado “E” que utilizou o exemplo do fato de “o cliente poder colher os produtos diretos do campo”, para responder ao mesmo questionamento.

Somente o entrevistado “B” afirmou desconhecer se o Armazém do Campo adota sistemas sustentáveis de produção.

4.10 MANUTENÇÃO DA DIVERSIDADE GENÉTICA

Por diversidade genética entende-se “toda variação biológica hereditária acumulada durante o processo evolutivo, gerada, fundamentalmente, por mutação na sequência nucleotídica durante a replicação do DNA” (SANTOS et al., 2019, p. 390).

Com relação a este quesito, todos os entrevistados consideram que o Armazém do Campo mantém a diversidade genética em sua produção. Grande parte dos entrevistados (“A”, “B”, “D”, “G” e “H”) atribuem esse acontecimento ao fato de que o Armazém do Campo possui uma grande diversidade de produtos. Fato esse que, não necessariamente, contribuiria para a diversidade genética.

Os entrevistados “E” e “F” apresentam a questão do incentivo do Armazém do Campo ao cultivo de sementes crioulas que são produzidas sem a utilização de produtos químicos ou qualquer tipo de alteração genética. Sobre o mesmo tema, o entrevistado “C” destaca que o Armazém do Campo está envolvido com a criação de um “banco de sementes”, que ainda está em estágio incipiente, mas que poderá ser um recurso de grande valia para a manutenção e proteção da diversidade genética. O mesmo entrevistado ressalta, também, que esse cenário de manutenção da diversidade genética também se dá pelo fato de o Armazém do Campo efetuar muitas parcerias com outros movimentos como a que o Armazém do Campo tem com a “Rede Mulheres do Maranhão”, por exemplo, que é composta por negócios sociais que primam pela manutenção da floresta, tendo em vista que o seu principal produto é o babaçu, extraído de maneira não invasiva por esses produtores familiares.

4.11 INVESTIMENTO EM PESQUISA

Os entrevistados, em sua maioria, acreditam que, de alguma forma, o Armazém do Campo investe em pesquisas. Os entrevistados “A”, “D”, “E” e “F” destacaram as parcerias que o Armazém do Campo costuma firmar com as universidades para participar de estudos e pesquisas. Contudo, a parceria mencionada pelos entrevistados se refere exclusivamente a participar como objeto de estudo por acadêmicos. O entrevistado “E” também relata que o Armazém do Campo costuma fazer pesquisa com seus clientes, visando a melhoria de seus processos, levando o questionamento para o campo da pesquisa mercadológica.

O entrevistado “G” narra que esta é uma experiência relativamente nova na rede, destacando também a parceria com a Universidade de Londrina, onde estão implementando um projeto de acessibilidades para cegos em suas lojas.

Sobre esse tema, cabe o destaque para a narrativa do entrevistado “D”, que revela a forma como o Armazém do Campo atua no campo das pesquisas. Em resposta à pergunta “O Armazém do Campo investe, de alguma forma, em pesquisas?” esse entrevistado expõe:

Eu diria que sim. Não da forma de contratar a força de trabalho [...] Mas, por exemplo, está constantemente especulando meios de venda ou os sistemas contábeis que a gente usa como o “After Data”, para ver o que vende, o que não vende e as próprias reuniões do grupo gestor desse grupo, que se reúne semanalmente. [...] Isso também leva a um diálogo sobre pesquisas e as parcerias diversas que em todos os estados a gente tem com as universidades públicas.

Assim observa-se que este entrevistado também parte para o aspecto mercadológico e acadêmico de pesquisa.

Assim, pela diversidade das respostas, pode-se perceber que o Armazém do Campo não possui um protocolo formal de pesquisas, sendo que as unidades que as realizam o fazem por iniciativa própria, sem o apoio formal da rede ou do MST. Acredita-se que esse cenário possa se dever ao tempo de vida do projeto, que é curto e ainda busca sua estruturação.

Somente os entrevistados “B”, “C” e “H” acreditam que o Armazém do Campo não investe em nenhum tipo de pesquisa.

4.12 COMÉRCIO JUSTO

Segundo Johnson (2004) e Tibúrcio e Valente (2007), o comércio justo seria um conjunto de práticas socioeconômicas alternativas ao comércio internacional convencional,

cujas regras seriam injustas para os países do Sul, particularmente para seus produtores rurais. As práticas comerciais justas e solidárias constroem relações entre produtores e consumidores com base na igualdade, parceria, confiança e interesses comuns, aderindo a padrões claramente definidos e perseguindo os seguintes objetivos: obter condições mais justas para grupos de produtores marginalizados; e evoluir as práticas e as regras do comércio internacional com o apoio dos consumidores.

Relativo a esse aspecto, somente um dos entrevistados (“B”) acredita que o Armazém do Campo não pratica um comércio justo, pois pratica preços que não são acessíveis a todas as classes. O restante dos entrevistados acredita, sim, que a rede pratica o comércio justo.

O entrevistado “A” liga o comércio justo adotado pelo Armazém do Campo à Economia Solidária, afirmando que a região onde habitam (Novo Cruzeiro) é referência nesse tipo de economia. Porém, apesar da prática do comércio justo, revela que as pessoas comentam que o preço dos produtos do Armazém do Campo são um pouco mais elevados. Em contraponto a esta visão, os entrevistados “F” e “H” acreditam que os valores do Armazém do Campo são menores do que os praticados no mercado (cerca de 10% menor, segundo o entrevistado “F”) se comparados aos demais produtos orgânicos do mercado. Essa contradição entre o entrevistado “B” e os entrevistados “F” e “H” pode se dever ao fato de que o entrevistado “B” estava se referindo a todos os produtos existentes no mercado, enquanto que os entrevistados “F” e “H” basearam suas comparações a outros produtos orgânicos e não transgênicos disponíveis à venda.

Alguns relatos merecem destaque, tal como o do entrevistado “C” que narra que o comércio justo seria a intenção do Armazém do Campo:

[...] é a nossa proposta. [...] os Armazéns já se tornaram de grande importância e papel na sociedade, precisamos garantir que continuem funcionando. Fazemos um cálculo do valor que pode ser vendido, será que aquele funcionário público, aquela professora, conseguem adquirir esses produtos? As pessoas que moram perto, precisam se deslocar aos mercados grandes, ou conseguem adquirir no Armazém ali do lado? Temos uma proposta de seguir o valor médio da cesta básica, não nos preocupamos com o lucro, não é a nossa base, e sim sobre manter o espaço, remuneração justa e adequada, garantir a casa funcionando, ideia de economia solidária.

Outro entrevistado que acredita que o Armazém do Campo pratica um comércio justo e relata sobre a não intenção de lucratividade exacerbada é o entrevistado “D”, conforme segue:

[...] [o Armazém do Campo pratica um comércio justo porque] a maneira de aquisição dos produtos, a maneira de venda, a margem de lucro que incrementamos nos produtos, não querendo exploração com altas taxas de lucro, mas com a intenção de se manter. Visando quem produz e vende [...] a margem de lucro que a gente agrega nos produtos que são produzidos pela agricultura familiar é uma margem de lucro que não leva a uma, vamos dizer, a uma exploração a partir do preço, mas da manutenção das unidades de cada loja.

Corroborando com as ideias de seu antecessor, os entrevistados “H” e “E” destacam o pagamento justo também para o produtor. Sobre a temática esse último discorre:

[...] [O Armazém do Campo efetua um comércio justo, pois pratica] preços justos, tanto com a família que produz, quanto com as pessoas que compram, sem perder a viabilidade econômica, a questão das relações humanas envolvidas [...]

Como pode-se perceber, a grande maioria dos entrevistados acredita que o Armazém do Campo pratica um comércio justo por não visar uma lucratividade exacerbada e pagar um valor justo também a seus cooperados.

4.13 REFLEXOS DAS AÇÕES E MODELO DE GESTÃO PRATICADOS

Com relação às perguntas relacionadas ao reflexos das ações organizacionais desenvolvidas pelo Armazém do Campo em sua rentabilidade, três entrevistados (“B”, “D” e “F”) responderam que as ações efetuadas pela rede de lojas influencia diretamente na lucratividade da organização, porém o entrevistado “B” não soube especificar de que forma isso acontece.

Especificamente sobre essas ações o entrevistado “D” atribuiu esse aumento da lucratividade à disponibilização do *delivery* e aos fatos de ter um formulário para que os clientes deixem suas opiniões e de a loja apoiar uma “luta social”.

Já o entrevistado “F” considera que o aumento da lucratividade do Armazém do Campo se deve ao trabalho coletivo que possuem, à militância praticada e ao ideal proposto pelo Armazém do Campo. Tudo isso, segundo o mesmo, refletiria tanto na rentabilidade da organização quanto na sociedade de maneira geral.

O entrevistado “E” crê que as ações implementadas pelo Armazém do Campo reduzem a rentabilidade do estabelecimento, contudo o Armazém do Campo, para o mesmo, seria somente um dos “braços” do MST e sua rentabilidade acaba sendo secundária.

Os entrevistados “A” e “G” acreditam que, por serem uma rede de lojas novas, ainda não percebem os reflexos de suas ações sobre a rentabilidade organizacional. O entrevistado

“G”, em específico, diz que a principal intenção do Armazém do Campo seria “fazer propaganda da reforma agrária”.

Os entrevistados “C” e “H” não respondem diretamente à questão, sendo que o primeiro destaca que o objetivo da loja não é ter um grande lucro e o segundo que sua loja consegue se manter com o lucro que obtém.

Outro tema abordado nesta pesquisa foi com relação à imagem que o Armazém do Campo possui perante seus clientes e sociedade. Questionados se o tipo de gestão e as ações praticadas pela rede influenciam de alguma forma nessa imagem organizacional, a maioria dos entrevistados (“A”, “C”, “D”, “F” e “H”) relata que sim, e de maneira positiva.

Os entrevistados “A” e “D” destacam que a boa imagem do Armazém do Campo gera boas vendas e incremento da demanda da loja. Já o entrevistado “H” fala que as pessoas que vêm ao estabelecimento já o fazem sabendo que vão encontrar produtos de qualidade por conta do *marketing* que a organização faz.

Por sua vez, o entrevistado “F” destaca que a imagem positiva do Armazém do Campo é o que o público espera deles, pois são um movimento de construção coletiva e a transparência da iniciativa faz com que consigam um apoio maior do público.

O entrevistado “C” destaca que a boa imagem de sua filial também se deve a um grupo de voluntários que possuem que apresentam a proposta do Armazém do Campo para a comunidade, criando dinâmicas com a proposta de manter firme e viável a iniciativa. Os cafés solidários, as cestas básicas e a ideia da proposta do Armazém do Campo, para esse entrevistado, se refletem na imagem organizacional.

Cabe o destaque para a resposta dada pelo entrevistado “D”, que sobre a distribuição de marmitas pelo Armazém do Campo destaca:

[...] nós não começamos a distribuir marmita com a população de rua visando aumentar as vendas. Nós começamos por compreender que a solidariedade é um ato de classe e que o partilhar a marmita com a população em situação de rua, inclusive, é a mesma marmita que nós nos alimentamos. Nós comemos o mesmo pão que servimos à população em situação de rua. E fizemos isso por uma consciência política do papel que tem o Movimento de Sem Terra nesse momento histórico que nós estamos passando. Nós estamos passando pela pandemia por consequência da maneira do capital de lidar com os recursos naturais nesse planeta. E nós, parafraseando o papa Francisco, nós só saímos dessa situação se sairmos juntos. E para nós sair juntos é arregaçar as mangas e desenvolver ações que eu não chamaria de assistenciais, eu chamaria de promocionais as ações que nós desenvolvemos, buscando fortalecer a consciência de classe naqueles que são atendidos ou atingidos pelas nossas ações no campo da distribuição de marmita, de roçada e tudo mais. São muitas coisas que acontecem no entorno do Armazém, que desembocam em vendas e boas vendas para as lojas do Centro.

Diferentemente dos outros entrevistados, o “B” acredita que o Armazém do Campo não possui uma imagem tão boa perante a sociedade, passando a imagem, para parceiros e consumidores de classe baixa, que a loja é um "ponto para rico”.

O entrevistado “G”, por sua vez, narra somente que o Armazém do Campo possui uma imagem coerente com a proposta ao qual se dispõem, não emitindo juízo de valor se essa imagem seria positiva ou negativa.

O entrevistado “E” expõe que o Armazém do Campo cumpre um papel muito importante nas mídias sociais e em suas divulgações. Porém, mesmo assim, há pessoas que são contra e passam xingando em frente à sua loja. Outros são contra a causa, mas mesmo assim compram os produtos da loja por considerá-los saudáveis. Contudo discorre que nunca tiveram queda de vendas por conta desses episódios ou pela imagem que possuem perante o público.

Com relação às ações organizacionais do Armazém do Campo e a relação com seus parceiros, cinco entrevistados (“A”, "C", "D", “E” e “F”) afirmaram que consideram que as ações da organização influenciam de forma positiva nas relações com seus parceiros.

Sobre isso o entrevistado “C” explana que as ações e modo de gestão do Armazém do Campo ajudam na criação de uma boa relação com os parceiros, tanto que até mesmo pessoas que não fazem parte das cooperativas filiadas podem expor seus produtos nas lojas do Armazém do Campo, como artesãos, por exemplo. O entrevistado “E” é ainda mais sucinto, mencionando que há uma boa relação com os parceiros, pois são eles, “os verdadeiros donos do negócio”.

Já o entrevistado “G” relata uma boa relação com parceiros, porém, sem deixar claro se esse fato se deve ou não às ações e gestão implementadas pelo Armazém do Campo.

Acerca do mesmo tema, vale destacar a fala do entrevistado “F” que aborda o reflexo das ações do Armazém do Campo perante seus parceiros da seguinte forma:

Conseguimos chegar a muitos parceiros, sindicatos, associações, temos uma boa relação com a maioria dos candidatos, associações, tanto para a comercialização, compras, quanto os parceiros de outros movimentos sociais. De vez em quando somos procurados para darmos dicas de como outros movimentos podem entrar no mercado, comercializar os produtos deles, sempre ajudamos no que podemos. Estamos com expectativa de crescimento, a pandemia nos colocou nas lojas online, trabalhamos em rede, alguns locais dão essa cara que é o Armazém do Campo do MST, alguns locais o nome MST fica mais camuflado, por questões políticas, segurança, etc. Em outros locais, eles nos buscam e mencionam o MST como referência [...].

Além da boa relação com os parceiros exposta nessa resposta, cabe uma observação de que o Armazém do Campo, por vezes, em algumas localidades, ainda precisa esconder sua ligação com o movimento do MST por conta de questões políticas e de segurança. Sobre essa questão da “criminalização” dos movimentos sociais, Santos (2012) explana que

A criminalização aos movimentos sociais é apoiada pela classe dominante e ocorre através da ação repressiva do Estado envolvendo a polícia, os tribunais, os presídios, entre outros, assim como na produção e reprodução da ideologia nos discursos utilizados nas igrejas, nas escolas, em vários segmentos, inclusive na mídia.

Sobre esse mesmo assunto, o entrevistado “D” faz a seguinte citação:

Quando ele [MST] lança mão de criar um espaço como o Armazém, ele está fazendo para cumprir, eu diria, dois grandes objetivos: o primeiro é dialogar com o mundo sobre a viabilidade da reforma agrária popular; [...] [e o segundo é] desmistificar essa imagem do movimento violento criado pela mídia e fortalecida pelos governos.

Assim, por conta de uma imagem distorcida percebida por parte da sociedade do movimento, ainda acontecem ataques e atentados como os ocorridos em 01/11/2021 e 04/05/2022 a acampamentos localizados na Bahia (REDE BRASIL ATUAL, 2021; G1, 2022).

Diferentemente dos demais entrevistados, o entrevistado “H” não dá certeza em sua resposta, mas considera que as ações do Armazém do Campo, provavelmente, auxiliam na melhoria da relação com os parceiros e cita o aumento na produção por parte dos produtores familiares por conta do Armazém do Campo.

Seguindo no mesmo sentido de suas respostas anteriores, o entrevistado “B” considera que as ações do Armazém do Campo influenciam em sua relação com os parceiros, porém, de maneira negativa, conforme pode-se observar no seguinte depoimento:

[...] devido aos preços serem, na maioria das vezes muito altos, vende-se menos e por isso deixam de comprar em grande quantidade dos produtores. Os preços do Armazém do Campo não são tão acessíveis devido à quantidade e os valores dos impostos que são cobrados por cima dos produtos para que eles cheguem até o Armazém.

Dessa forma, e de maneira geral, percebe-se que os entrevistados possuem, e acreditam que parceiros e clientes possuam uma boa imagem do Armazém do Campo, assim como boas relações com toda a cadeia produtiva envolvida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo verificar as contribuições do Armazém do Campo, rede de lojas filiada ao MST, para o alcance do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) “Fome Zero e Agricultura Sustentável” da ONU.

O ODS supracitado é composto por oito metas e, com base nas mesmas, foram concebidas 10 categorias de análise das quais foram criadas grande parte das 25 perguntas do roteiro de entrevista. Foram adicionadas a essas categorias perguntas sobre o tema Desenvolvimento Sustentável, sobre os reflexos das ações e modelo de gestão praticados pelo Armazém do Campo, assim como perguntas referentes ao perfil dos respondentes.

Especificamente sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, cada um dos entrevistados apresentou o conceito de forma diferente, contudo, todos relataram a complexidade que envolve o tema e a dificuldade em se descrever este conceito. Todos também, de alguma forma, acabaram por citar os conceitos de Desenvolvimento Sustentável aceitos atualmente, alguns mais voltados à sua dimensão econômica, outros à social ou ambiental. Um dos entrevistados cita, até mesmo, uma visão baseada no conceito de Ecodesenvolvimento, processo de desenvolvimento econômico fundamentado na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Em sua maioria, os entrevistados fizeram algum tipo de ligação entre sustentabilidade e meio ambiente, sempre com a percepção de que o mesmo precisa ser respeitado.

Com relação aos ODSs, os entrevistados se dividiram equitativamente entre os que os conheciam e os que não os conheciam. Entretanto, a maior parte deles, depois de serem informados do que se tratam os ODSs, relataram que os mesmos são aplicáveis ao Armazém do Campo e que o mesmo já aplica, de alguma forma, os ODSs em suas ações cotidianas, mesmo sem o conhecimento pleno do tema.

As ações do Armazém do Campo que mais contribuíram para o alcance do ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável” foram: o fornecimento de alimentação saudável e nutritiva às pessoas; o aumento da produtividade agrícola; o incremento à renda dos produtores familiares e o incentivo à diversidade genética de sua produção, haja vista que estas foram metas que os entrevistados, unanimemente, consideraram que o Armazém do Campo pratica em seu dia a dia.

Apesar de não terem sido citadas pela maioria dos entrevistados, as metas relacionadas ao ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável” que são menos atingidas pelo

Armazém do Campo, estariam relacionadas à melhoria do acesso dos produtores familiares aos recursos produtivos e ao investimento do Armazém do Campo em pesquisas. Sobre a melhoria do acesso dos produtores familiares aos recursos produtivos, uns acreditam que isso não seja uma atribuição pertinente ao Armazém do Campo, outros relatam que a rede ainda é nova, e que, com o tempo, a rede irá angariar mais recursos financeiros, conhecimento e experiência para a implementação de tal medida. Já com relação à implementação de pesquisas, um dos entrevistados relata que acredita que o Armazém do Campo não implemente essa ação pelo fato de a rede não possuir recursos financeiros, nem profissionais qualificados para tal função. Contudo, como forma de amenizar essa deficiência, algumas unidades do Armazém do Campo buscam parcerias com universidades, órgãos públicos e organizações privadas para conseguir efetuar pesquisas que contribuam com o desenvolvimento da rede.

Já com relação à gestão e ações efetuadas pelo Armazém do Campo, a maioria dos entrevistados acredita que esses atos afetam positivamente a lucratividade, imagem e relação com seus parceiros; haja vista que o apoio à agricultura familiar, ações solidárias e a opção pelos produtos agroecológicos efetuados pela rede tem reflexo positivo sobre a imagem da mesma e isso atrai mais parceiros comprometidos e consumidores atentos à questões éticas e sustentáveis.

Sendo assim, foi possível verificar que o Armazém do Campo vem contribuindo positivamente para o alcance do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável “Fome Zero e Agricultura Sustentável” da ONU por meio de variadas ações. Especificamente na erradicação da fome, o Armazém do Campo atua por meio da distribuição de marmitas e cestas básicas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, assim como no estabelecimento de parcerias e ações conjuntas com outras entidades e Organizações da Sociedade Civil. Ainda com relação à questão alimentar, o Armazém do Campo fornece alimentação segura e nutritiva por meio dos alimentos orgânicos, não transgênicos e ligados à Agroecologia, sistema esse que prioriza a integração e aplicação de conceitos ecológicos e sustentáveis na produção de alimentos, enquanto restaura os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade.

A forma de produção baseada na Agroecologia também é um dos fatores que propicia o alcance da meta de agregação de valor aos produtos sugerida pela ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, haja vista que tornam os produtos do Armazém do Campo diferenciados perante a concorrência, demonstrando o cuidado da organização com seus processos e a qualidade dos produtos ofertados. As metas de adoção de sistemas sustentáveis

de produção e manutenção da diversidade genética mencionadas na ODS aludida previamente, também são alcançadas pela organização por meio de sua agricultura baseada em alimentos agroecológicos, que não utiliza produtos transgênicos ou agrotóxicos em seus processos produtivos.

Com relação ao incremento da renda dos agricultores familiares, torna-se clara a contribuição do Armazém do Campo para o alcance dessa meta, haja vista que a ampla maioria de seus parceiros são pertencentes a esse grupo. Assim sendo, essa iniciativa influencia diretamente no sustento e aumento da qualidade de vida de inúmeras pessoas, tanto de maneira direta como indireta, fato que também contribui para o alcance do ODS em questão. Igualmente relacionado ao aspecto econômico, o comércio justo citado no 2º ODS também é praticado pelo Armazém do Campo, haja vista que a organização não visa o ganho e acúmulo de lucros acentuados, pois busca o estabelecimento de preços justos tanto para os agricultores familiares, quanto para os clientes, visando proporcionar o sustento dos primeiros, assim como o acesso dos últimos à uma alimentação de qualidade.

Sendo assim, por meio desta pesquisa pode-se perceber que o Armazém do Campo é uma rede de lojas que, além de efetuar a comercialização de produtos advindos, em sua maioria, da reforma agrária, possui a preocupação em ser uma organização que se insere no mercado de maneira responsável, levando em consideração o tripé da sustentabilidade, praticando a sustentabilidade social corporativa, trabalhando em rede junto a seus parceiros e tendo noção de seu lugar no espaço político nacional. Deixa-se, assim, o “papel tradicional” de mero “fornecedor de bens e serviços” para a adoção de uma postura de “agente de transformação”, objetivando a redução das desigualdades sociais, fato que resulta em uma melhor qualidade de vida à sociedade em geral.

No cenário atual, onde há forte competitividade entre as organizações, ações que evidenciam uma preocupação da organização com relação à sociedade e ao meio onde estão inseridas são vistas como diferenciais competitivos, haja vista que o consumidor está cada vez mais consciente dos efeitos entre a sustentabilidade e os seus atos de consumo.

Este fato também evidencia que o Armazém do Campo está em conformidade com os objetivos da ordem econômica brasileira, a qual preza que as organizações devem assegurar a todos uma existência digna, demandando atividades voltadas para fins sociais e ambientais, que zelem pelo relacionamento ético com parceiros, bem como pela existência da preocupação com o impacto gerado nas comunidades onde as organizações estão inseridas, não implicando somente no cumprimento efetivo de obrigações legais (BRASIL, 1988).

Assim, o Armazém do Campo constitui-se em uma organização que além de cumprir um relevante papel econômico, por meio da geração de bens e serviços, circulação do capital e arrecadação tributária para o Estado, cumpre também um papel social relevante na criação e manutenção de empregos diretos e indiretos, geração de renda para agricultores familiares e o acesso a produtos saudáveis e nutritivos à população.

Por meio das entrevistas realizadas foi possível verificar que o Armazém do Campo vem contribuindo positivamente para o alcance do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável “Fome Zero e Agricultura Sustentável” da ONU por meio de variadas ações. A falta de recursos financeiros e *know how*, ainda é uma dificuldade que acaba por deter ou retardar algumas das ações da rede que poderiam auxiliar no alcance do ODS mencionado. Contudo, essas ainda são metas almejadas pelo Armazém do Campo, e discutidas, junto a outras questões, nas frequentes reuniões efetuadas entre os gestores da organização e seus associados.

Para próximas pesquisas, sugere-se que possam ser verificados aspectos do Armazém do Campo relacionados a outros ODSs e também a percepção dos trabalhadores e agricultores familiares acerca do mesmo tema, tendo em vista que esta pesquisa baseou-se na perspectiva dos líderes do Armazém do Campo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. S. de; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 31-52, 2008.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANDRÉ, M. E. D. A. Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 45, p. 66-71, mai. 1983.
- ANTÔNIO, T. D. **Pesquisa de Marketing**. 2. ed. Palhoça: Unisulvirtual, 2011. Disponível em: https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/pesquisa_mkt.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ARAÚJO, G. C.; BUENO, M. P.; SOUSA, A. A.; MENDONÇA, P. S. M. Sustentabilidade empresarial: conceitos e indicadores. In: **Congresso Brasileiro Virtual de Administração**, Anais do III CONVIBRA, 2006. Disponível em: http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf. Acesso em: 15 maio 2022.
- ARMAZÉM DO CAMPO. **Orgânicos**. Disponível em: <https://armazemdocampo.shop/collections/organicos>. Acesso em: 03 de jul. 2022.
- BARTELMUS, P. **Indicators of Sustainable Growth and Development – Linkage Integration and Policy Use**. Background Paper for Scientific Workshop on Indicators of Sustainable Development, Wuppertal, 15-17, november, 1995.
- BELLEN, H. M. V. As Dimensões do Desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 27, p. 143-168, 2010.
- BEYNAGHI, A. et al. Towards an orientation of higher education in the post Rio+ 20 process: How is the game changing?. **Futures**, v. 63, p. 49-67, 2014.
- BEZERRA, A; CAVICCHIOLI, G. MST celebra 5 anos da rede Armazém do Campo com ações de combate à fome. **Brasil de fato**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/30/mst-celebra-5-anos-da-rede-armazem-do-campo-com-acoes-de-combate-a-fome>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- BIOSETA INTELIGÊNCIA AMBIENTAL. **Sustentabilidade, compromisso com o amanhã**. 2014. Disponível em: <https://www.bioseta.com.br/sustentabilidade-compromisso-com-o-amanha/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BORGES, S. M. S. et al. **Sistema agropecuário sustentável**: conjunto de tecnologias, boas práticas e saberes locais para a produção vegetal e animal. Brasília: Embrapa, 2015.

BRANDALISE, L. T., et al. **Educação e gestão ambiental**: sustentabilidade em ambientes competitivos. Cascavel, DRHS Editora, 2015. Disponível em: <http://www.amazon.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o-gest%C3%A3oambiental-sustentabilidade-competitivos-ebook/dp/B00UO2MEMQ>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20construir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL DE FATO. **Armazém do Campo em São Paulo une campo e cidade através da alimentação saudável**. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/04/armazem-do-campo-em-sao-paulo-une-campo-e-cidade-atraves-da-alimentacao-saudavel>. Acesso em 03 jul. 2022.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BRÜSEKE, F. J. A economia da sustentabilidade: princípios, o problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. p.29-42.

BRUTSCHER, V. J.; PRAIA, H. C.; LIMA, A. G. de. Educação em movimento: relato de experiência de extensão popular. **Revista Temas em Educação**, v. 30, n. 1, 2021.

BUSS, P. M. et al. Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 1479-1491, 2012.

CATALISA. Rede de Cooperação para a Sustentabilidade. **Ambiente**. 2003. Disponível em: <https://catalisa.org.br/ambiente>. Acesso em: 01 jun. 2022.

DALY, H. E. For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future. Boston: Beacon Press, 1994.

DUARTE, J.; ALVES, E. O elemento invisível no progresso tecnológico. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 1, p. 122-124, 2016.

CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CANGUÇU, L. R. et al. Análise da ODS 5: igualdade de gênero nas organizações. **Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração**, v. 4, n. 4, p. 157-169, 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARTER, M. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e a democracia no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, n. 4, p. 124-164, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

CMMAD, Comissão. Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

COMPARATO, B. K. A ação política do MST. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 105-118, 2001.

COUTINHO, Leandro de Matos. **O Pacto Global da ONU e o desenvolvimento sustentável**. 2021.

CRUZ, C. H. **Objetivos do desenvolvimento sustentável**: conheça a importância para as empresas e como se adequar. 2021. Disponível em: <https://chcadvocacia.adv.br/blog/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DEBALI, J. C. et al. **Desenvolvimento sustentável**: evolução e indicadores de sustentabilidade. 2009.

DIAS, G. V.; TOSTES, J. G. R. Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 2007-2009, 2009.

ELIAS, J. Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. **CNN Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/#:~:text=L%C3%ADder%20em%20desigualdade&text=Entre%20as%20grandes%20economias%2C%20os.%2C7%20em%202020%2C%20respectivamente.> Acesso em: 02 fev. 2022.

FERNANDEZ, B. P. M. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 23, 2011.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FIORINI, V. **A questão agrária no governo Lula e as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)**. 2014. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FREITAS, R. de C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 1, jan./jun. 2012.

FROEHLICH, C. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 3, n. 2, p. 151-168, 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Das lutas pela terra, há 35 anos nascia o MST**. 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/01/21/das-lutas-pela-terra-ha-35-anos-nascia-o-mst/>. Acesso em 03 jul. 2022.

FURTADO, L. Armazém do Campo: 5 anos da maior rede de produtos da reforma agrária popular do Brasil. 2021. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/08/10/armazem-do-campo-5-anos-da-maior-rede-de-produtos-da-reforma-agraria-popular-do-brasil/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

G1. **Erradicar a fome até 2030 será uma meta difícil de cumprir, afirmam FAO e OCDE**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/05/erradicar-a-fome-ate-2030-sera-uma-meta-dificil-de-cumprir-afirmam-fao-e-ocde.ghtml>. Acesso em: 02 jul 2022.

G1. **MST relata que acampamentos foram atacados por homens armados no interior da BA. 2022**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/05/05/mst-relata-que-acampamentos-na-bahia-foram-atacados-por-homens-armados.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2022.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, n. 25, p. 133-153, 2016.

GAVARD, François. Do impasse ao consenso: um breve histórico do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista Sociais e Humanas**, v. 22, n. 2, p. 09-18, 2009.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 198 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **SDG Compass: diretrizes para implementação ODS na estratégia dos negócios**. Genebra, 2016. 15 p. Disponível em: <https://sdgcompass.org>. Acesso em: 25 maio 2022.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista espaço acadêmico**, v. 51, 2005.

GUIMARÃES, J. Maior concentração de terras revelada pelo censo agropecuário incentiva desmatamento e conflitos. 2019. **Repórter Brasil**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/maior-concentracao-de-terras-revelada-pelo-censo-agropecuario-incentiva-desmatamento-e-conflitos/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

INFOESCOLA. **MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/mst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/>. Acesso em: 03 jul. 2022.

INTERATIVA. **Agronegócio**: diferença entre grande, médio, pequeno e agricultor familiar. 2021. Disponível em: <https://noticiasinterativa.com.br/agronegocio/19355-diferenca-entre-grande-medio-pequeno-e-agricultor-familiar#:~:text=Para%20ser%20classificado%20como%20Agricultor,de%20obra%20utilizada%20nos%20trabalhos>. Acesso em: 03 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2017. **Censo agro 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 03 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Países**. 2022. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS. Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2019. 2019. Disponível em: <https://iddh.org.br/forum-politico-de-alto-nivel-sobre-desenvolvimento-sustentavel-2019/>. Acesso em: 28 maio 2022.

JOHNSON, P. W. et al. **Comércio justo e solidário**. 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAURENTI, R. Objetivos de desenvolvimento do milênio. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 51, n. 1, p. 3-4, 2005.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LOPES, A. E. et al. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: a trajetória de conflitos e desafios para o meio ambiente. **ForScience**, v. 5, n. 2, 2017.

MAIMON, D. (1992). **Ensaio sobre Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Aped - Associação de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento

MANZINI, E. J. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. In: MANZINI, E. J. **A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise**. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília: UNESP, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARKO, K. Armazém do campo do MST chega a Porto Alegre com produtos da reforma agrária. **Brasil de Fato**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/04/loja-do-armazem-do-campo-com-alimentos-da-reforma-agraria-chega-a-porto-alegre#:~:text=O%20Movimento%20dos%20Trabalhadores%20Rurais,com%20todos%20os%20cuidados%20sanit%C3%A1rios>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MARQUES, M. I. M. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. **Lutas & Resistências**, v. 1, p. 184-196, 2006.

MEIRELLES, A.; AMÉRICO, J. **Empresas que promovem este tipo de ação são mais rentáveis:** companhias que se preocupam com a responsabilidade social não fazem bem apenas à comunidade, mas também aos negócios. 2020. Disponível em: <https://vocerh.abril.com.br/melhores-organizações/organizações-que-promovem-este-tipo-de-acao-sao-mais-rentaveis/>. Acesso em: 05 junho 2022.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 01 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MONTIBELLER FILHO, G. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável:** conceitos e princípios. Textos de economia, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

MONTIBELLER FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Editora da UFSC. Florianópolis, 2004.

MORAES, I. MST: Você entende o que é esse movimento? **Politize!**, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mst-voce-entende-o-que-e-esse-movimento/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MOREIRA, A. Como funcionam as escolas do campo que estão na mira do governo Bolsonaro. 2019. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/25/como-funcionam-as-escolas-do-campo-que-estao-na-mira-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MOREIRA, R. de F. C. **Descentralização da produção e produtividade no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17899>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A partir da EJA, MST já alfabetizou mais de 100 mil pessoas no país.** 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/15/a-partir-da-eja-mst-ja-alfabetizou-mais-de-100-mil-pessoas-no-pais/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Agroecologia e o MST.** 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/Agroecologia-e-o-mst/#:~:text=A%20Agroecologia%20%C3%A9%20uma%20coevolu%C3%A7%C3%A3o,nossos%20coletivos%20e%20nossos%20territ%C3%B3rios>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Apresentação.** 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: 38 anos lutando pela democratização da terra no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/21/mst-38-anos-lutando-pela-democratizacao-da-terra-no-brasil/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64, 2012.

NOVOS PARADIGMAS. **Armazém do Campo.** 2022. Disponível em: <https://www.novosparadigmas.org.br/pratica/armazem-do-campo/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

OLIVEIRA, M. O desenvolvimento humano sustentável e os objetivos de desenvolvimento do milênio. RECIFE/PE. **Desenvolvimento humano no Recife: Atlas Municipal.** Seção Secretarias-Planejamento Participativo e Obras-Projetos e Ações. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/desenvolvimentohumano.pdf>. Acesso em: 25 maio, 2022, v. 14, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2016.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Core set of indicators for environmental performance reviews: a synthesis report by the group on the environment.** Paris: OECD, 1993.

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C.. Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, p. 35-57, 2012.

PIMENTA, M. F. F.; NARDELLI, A. M. B. Desenvolvimento sustentável: os avanços na discussão sobre os temas ambientais lançados pela conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio+ 20 e os desafios para os próximos 20 anos. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1257-1277, 2015.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PAWLOWSKI, A. How many dimensions does sustainable development have? **Sustainable Development**, São Francisco, v.16, n. 2, p. 81-90, 2008.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 76-97.

REDE BRASIL ATUAL. **Medo e terror: dirigente faz relato de atentado contra acampamento do MST**. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/11/dirigente-faz-atentado-acampamento-mst/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIEDNER, L. N. et al. Dimensão social da sustentabilidade: uma análise a partir de propriedades produtoras de mandioca. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, 2018.

RIZZO, F. M.; LEANDRO, J. B. O MST, Cooperativismo e o Projeto Armazém do Campo. In: **VI JORNACITEC-Jornada Científica e Tecnológica**. 2017. Disponível em: <http://www.jornacitec.fatecbt.edu.br/index.php/VIJTC/VIJTC/paper/viewFile/1148/1496>. Acesso em: 08 dez. 2021.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2022.

ROSA, V. de C.; CAMPOS, G. S.de. A Agroecologia como mecanismo de efetivação dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 15, n. 1, p. 321-340, 2020.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RUTHERFORD, I. Use of Models to link Indicators of Sustainable Development. In: Moldan, B.; Bilharz, S. (Eds.) **Sustainability Indicators: report of the project on indicators of sustainable development**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993).

SANTANA, N. B. **Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Inovação Tecnológica**: uma análise de eficiência por envoltória de dados para os países do BRICS. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, B. M. **O MST na visão da grande mídia**. 2012.

SANTOS et al. **Diversidade genética**. 2019. Disponível em: <http://labs.icb.ufmg.br/lbem/pdf/santos09biotaminas-divgen.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SDG Compass 2015. **Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios**. Disponível em: <https://sdgcompass.org/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Agregar valor ao produto (VA)**. 2022. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/Empreendedorismo/Leitura3.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SILVA, S. de A.; FUSER, B. Publicidade Social e o MST: novas práticas na ampliação do apoio à agricultura familiar e Agroecologia. In: **XIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã**. 2018. Disponível em: <http://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/05/5-1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SOUZA FILHO, H. M. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. v. 1 – 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SPANGENBERG, J. H.; BONNIOT, O. **Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability**. Wuppertal Papers, 1998.

TIBURCIO, B. A.; VALENTE, A. L. E. F. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, p. 497-519, 2007.

TOSTA, K. C. B. T. **Pesquisa Mercadológica**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ufsc, 2015.

VEIGA, J. E. da. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. **CAVC, Economia brasileira: perspectivas do desenvolvimento**, p. 243-266, 2005.

VENTURINI, L. D. B.; LOPES, L. F. D. **O modelo triple bottom line e a sustentabilidade na administração pública**: pequenas práticas que fazem a diferença. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11691/Venturini_Lauren_Dal_Bem.pdf?sequencia=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jun. 2022.

WERBACH, A. **Estratégia para sustentabilidade**: uma nova forma de planejar sua estratégia empresarial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

WORLD WILDLIFE FUND. **O que é desenvolvimento sustentável**. 2022. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 15 jun. 2022.

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**. Thousand Oaks? Sage Publications, 1994.

ZANELLA, C. Metodologia de estudo de pesquisa em administração. **Fascículo de Metodologia Científica, UFSC/MEC/CAPES/PNAP**, Florianópolis, 2009.

ZUANAZZI, F. A. et al. **Desenvolvimento de um modelo para avaliar a sustentabilidade nas micro e pequenas empresas**. 2016.

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com os representantes do Armazém do Campo

1. Nome:
2. Cargo:
3. Sexo:
 - () Feminino
 - () Masculino
 - () Prefiro não informar
4. Local de Residência:
5. Idade:
6. Nível de Escolaridade:
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Técnico Incompleto
 - () Ensino Técnico Completo
 - () Ensino Superior Incompleto
 - () Ensino Superior Completo
 - () Pós-Graduação Incompleta
 - () Pós-Graduação Completa
 - () Mestrado Incompleto
 - () Mestrado Completo
7. Tempo no Cargo Atual:
8. Tempo de Experiência Profissional Total:
9. Ano de Inauguração da Filial Armazém do Campo em que Trabalha:
 - () 2016
 - () 2017
 - () 2018
 - () 2019
 - () 2020
 - () 2021

() 2022

10. Na sua percepção, o que é Desenvolvimento Sustentável?
11. Você conhece os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas (ONU)? Saberria citar alguns deles?
12. Você considera esses objetivos aplicáveis ao Armazém do Campo?
13. O Armazém do Campo desenvolve alguma atividade para a erradicação da fome? Por quê?
14. Você considera que o Armazém do Campo proporciona uma alimentação nutritiva às pessoas? Por quê?
15. Você considera que o Armazém do Campo desenvolve ações para o aumento da produtividade agrícola?
16. Você considera que o Armazém do Campo incrementou a renda dos produtores familiares? Por quê?
17. Você considera que o Armazém do Campo melhorou o acesso dos produtores familiares aos recursos produtivos (sementes, adubos, maquinário, dentre outros)? Por quê?
18. Você considera que o Armazém do Campo agrega valor aos produtos comercializados? Por quê?
19. Você considera que o Armazém do Campo adota sistemas sustentáveis de produção? Cite-os.
20. O Armazém do Campo mantém a diversidade genética de sua produção? Por quê?
21. O Armazém do Campo investe, de alguma forma, em pesquisas? Quais?
22. Você considera que o Armazém do Campo pratica um comércio justo? Por quê?
(Entende-se por comércio justo a modalidade de comércio que busca o estabelecimento de preços justos, bem como de padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas, promovendo o encontro de produtores responsáveis com consumidores éticos²)
23. Você considera que a implementação dessas ações influenciou de alguma forma a rentabilidade da organização? Em quanto?

² COTERA, A.; ORTIZ, H. Comércio Justo. In. CATTANI, A. D. et al. (Coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

24. Você considera que a implementação dessas ações influenciou de alguma forma a imagem da organização e a relação com o público? Por quê?
25. Você considera que a implementação dessas ações influenciou de alguma forma a relação da organização com seus parceiros? De que forma?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Ciências da Administração

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “Análise da Contribuição do Armazém do Campo ao Alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. A presente pesquisa está associada ao Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Este trabalho pretende identificar quais ações o Armazém do Campo está executando para o alcance do ODS “Fome Zero e Agricultura Sustentável e Analisar as ações do Armazém do Campo que resultam no alcance desse ODS, a partir da experiência das pessoas que trabalham e convivem nos Armazéns. Para isso, durante a fase de campo da pesquisa, você será entrevistado uma vez, de forma individual e reservada, para conversarmos sobre sua experiência no Armazém do Campo.

Lembramos que durante a entrevista é possível que alguns aspectos de sua vida lhe tragam lembranças desagradáveis. Nesse sentido, o pesquisador realizará a condução da entrevista visando minimizar as consequências preservando sua integridade. Durante os procedimentos de coleta você sempre estará acompanhado por um dos pesquisadores que lhe prestará a assistência necessária e lhe esclarecerá qualquer dúvida sobre o projeto. Além disso, você poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Caso opte em deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo.

Solicitamos o seu consentimento para a gravação da entrevista por meio de gravador digital. O uso deste servirá para o resgate do conteúdo das falas para a posterior análise, através da transcrição a ser realizada. Deixamos explicitado que a interrupção da gravação é permitida a qualquer momento da entrevista, caso sinta-se desconfortável ou desista da gravação. Os pesquisadores estabelecem o compromisso em garantir acesso ao conteúdo das transcrições das entrevistas uma vez que estejam prontas; e o sigilo quanto à identificação em qualquer forma de divulgação dos resultados da pesquisa.

Ressaltamos que as pesquisadoras serão os únicos a ter acesso às informações das entrevistas e

tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, todavia sempre existe a possibilidade, mesmo que remota, da quebra do sigilo involuntário e/ou não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Informamos também que os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros e/ou publicados revistas científicas, entretanto mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. O desenvolvimento deste projeto de pesquisa possui grande relevância social e acadêmica, principalmente no tocante ao conhecimento e reconhecimento da possibilidade de entendimento. Dessa forma, sua participação nesta pesquisa é de suma importância para que o campo científico, a sociedade em geral, o Estado e seus servidores tenham a possibilidade de conhecerem sobre o Armazém do Campo.

Informamos que a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, em caso de despesas com transporte e/ou alimentação, decorrentes da participação da pesquisa, você será ressarcido pelos pesquisadores. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada.

Em caso de necessidade, a qualquer momento que julgar necessário, você poderá contatar a estudante Fernanda Mello Fialho por meio do telefone de número +55 (048) 98427-9452, pelo e-mail: fernandamfialho@gmail.com. Poderá também contatar a estudante Tânia Soares da Silva por meio do telefone de número +55 (048) 99103-1888, pelo e-mail: taniasoaresdasilvafloripa@gmail.com.

As pesquisadoras responsáveis, que também assinam esse documento, comprometem-se a conduzirem a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Duas vias deste documento, que possui duas páginas estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelas pesquisadoras responsáveis, lembre-se de guardar cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Eu, _____, RG _____, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive das pesquisadoras todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

Cidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora Fernanda Mello Fialho

Assinatura da pesquisadora Tânia Soares da Silva